



MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

ATA DA TRICENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - CNS

Aos doze e treze dias do mês de abril de 2023, no Plenário do Conselho Nacional de Saúde “Omlton Visconde”, Ministério da Saúde, Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo B, 1º andar, Brasília/DF, realizou-se a Tricentésima Quadragésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde – CNS. **MESA DE ABERTURA – composição:** conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS; conselheira **Fernanda Lou Sans Magano**, da Mesa Diretora do CNS; e **Swedenberger Barbosa**, Secretário Executivo do Ministério da Saúde. Às 9h15, o Presidente do CNS abriu a sessão cumprimentando os presentes e os internautas que acompanhavam a reunião de forma remota. Fez uma saudação especial ao Secretário Executivo do Ministério da Saúde e demais integrantes da equipe do Ministério presentes à reunião. Aproveitou para agradecer o empenho dos conselheiros e conselheiras no planejamento do Conselho, que antecedeu a reunião (10 e 11 de abril) e elogiou o resultado do trabalho. Conselheira **Fernanda Lou Sans Magano**, da Mesa Diretora do CNS, também saudou as pessoas presentes e demais que acompanhavam a reunião pelas plataformas de transmissão e cumprimentou o Conselho pelas agendas de trabalho que estavam em desenvolvimento. Em seguida, apresentou os objetivos da 441ª Reunião Ordinária: **1)** socializar e apreciar os itens do Expediente; **2)** conhecer, apreciar e deliberar acerca dos desafios para o setor saúde, diante do cenário da má alimentação e nutrição da população brasileira; **3)** debater o tema “mulheridades: somos muitas, somos múltiplas”; **4)** conhecer os resultados do 9º Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Assistência Farmacêutica, realizado nos dias 15 e 16 de setembro de 2022, na Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz/RJ; **5)** debater e deliberar acerca das demandas da 17ª Conferência Nacional de Saúde; **6)** debater as demandas da Comissão Intersetorial de Orçamento e Financiamento – COFIN e deliberar a respeito; **7)** realizar a eleição de novo integrante para compor a Mesa Diretora do CNS, mandato 2021-2024; **8)** apreciar as demandas da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho – CIRHRT e deliberar sobre; **9)** discutir e apreciar as demandas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP; e **10)** conhecer e deliberar sobre os encaminhamentos do Pleno, os documentos editados *ad referendum*, as demandas das Comissões Intersetoriais, Grupos de Trabalho e Câmaras Técnicas. Iniciando o primeiro dia de reunião, às 9h10, foi composta a mesa de abertura. **ITEM 1 – APROVAÇÃO DA PAUTA DA 341ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS - APROVAÇÃO DA ATA DA 339ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS - Composição da mesa:** conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS; conselheira **Fernanda Lou Sans Magano**, da Mesa Diretora do CNS; e **Swedenberger Barbosa**, Secretário Executivo do Ministério da Saúde. **ATA DA 339ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS –** A coordenação submeteu à apreciação do Pleno a ata, enviada previamente aos conselheiros e conselheiras. **Deliberação: a ata da 339ª Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade. PAUTA DA 341ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS –** Após lida, a pauta foi colocada em votação. **Deliberação: a pauta da 341ª Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade.** A seguir, o Secretário Executivo do Ministério da Saúde, **Swedenberger Barbosa**, fez um informe sobre as ações do Ministério da Saúde nos cem primeiros dias do governo e as atividades futuras da pasta. Após saudar os presentes e justificar a ausência da Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade, que participava de atividade externa na sede da Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS/MS, explicou que a reunião ministerial com o Presidente da República, **Luiz Inácio Lula da Silva**, para prestação de contas e celebração dos 100 dias do governo ocorreu no início do mês de abril. Durante o evento, o Presidente da República abordou diversos pontos, mas fez um destaque especial à

56 saúde. Para melhor detalhando das informações, repetiu a apresentação do Ministério da
57 Saúde na reunião ministerial com o Presidente da República, mas sinalizou que alguns dados
58 precisavam de atualização, porque já haviam avançado. Começou citando a frase do
59 Presidente da República, na sua posse, em 1º de janeiro de 2023: “O SUS é provavelmente a
60 mais democrática das instituições criadas pela Constituição de 1988”. A apresentação
61 contemplou aspectos gerais sobre o SUS e a 8ª Conferência Nacional de Saúde; diagnóstico
62 da saúde, feito pelo Grupo Técnico de Saúde do Gabinete de Transição Governamental; e
63 orientações gerais a partir de três prioridades - fortalecimento do SUS, relação interfederativa e
64 recuperação da capacidade de coordenação nacional pelo Ministério da Saúde. Em seguida,
65 as prioridades dos cem dias de gestão foram apresentadas, com destaque para as seguintes:
66 **a)** retomada do Programa Mais Médicos pelo Brasil - 15 mil novas vagas: até o fim de 2023,
67 serão 28 mil médicos - crescimento de 100% no provimento de profissionais, com garantia de
68 atendimento médico a 96 milhões de brasileiros; **b)** Movimento nacional pela vacinação -
69 esforço coordenado de comunicação e engajamento público - Plano Nacional de Imunização
70 Covid-19. *Ações imediatas:* regularização dos estoques, antecipação vacinas e início da
71 vacinação de reforço com vacina bivalente no final de fevereiro direcionado a grupos em
72 situações de vulnerabilidade; **c)** Programa Nacional de Redução das Filas - cirurgias eletivas,
73 consultas especializadas, exames complementares; **d)** Emergência Yanomami – ações: missão
74 exploratória emergencial, de 13 a 15 de janeiro, Sala de Situação (20/jan.), declaração de
75 ESPIN (20/jan.), instalação de COE (25/jan) e Comitê Interministerial; **e)** saúde como novo
76 vetor do desenvolvimento e de reindustrialização do País - construir uma estratégia nacional
77 para avançar em direção à economia do conhecimento; **f)** fortalecimento do complexo
78 econômico industrial da saúde - em até 10 anos, 70% das necessidades do SUS em
79 medicamentos, equipamentos, vacinas e outros materiais médicos serão produzidos no Brasil;
80 **g)** participação social na gestão do trabalho em saúde; e **h)** retomada do diálogo e participação
81 social - fortalecimento do Conselho Nacional de Saúde, das Comissões Intergestores Bipartite
82 e Tripartite, das Mesas de Negociação e diálogo. Além dessas ações, lembrou que o Ministério
83 da Saúde estava trabalhando junto com o Conselho na organização da 5ª Conferência
84 Nacional de Saúde Mental – 5ª CNSM e da 17ª Conferência Nacional de Saúde. Aproveitou,
85 também, para informar que o próximo Plano Plurianual será construído no período de abril a
86 agosto de 2023, de forma participativa, com a participação do Conselho. Ainda na linha dos
87 avanços, destacou a criação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com
88 desenvolvimento de iniciativas voltadas à modernização da administração pública, com
89 humanização. Por fim, disse que as prioridades do Ministério da Saúde para os quatro anos
90 poderiam ser apresentadas em outra oportunidade. **Manifestações.** Conselheiro **Nelson**
91 **Augusto Mussolini** saudou o Secretário Executivo do Ministério da Saúde e elogiou as
92 medidas adotadas para o fortalecimento do complexo econômico-industrial da saúde, com
93 destaque para a criação do Grupo Executivo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde -
94 Geceis. Também salientou que é necessário valorizar a produção do País, independente da
95 origem de capital, porque gera riqueza e emprego e possibilita incorporação de tecnologia.
96 Seguindo essa linha, lamentou a posição deste Ministério de importar produtos sem registro,
97 sob a justificativa de menor custo, porque, entre outros aspectos, não fortalece o
98 desenvolvimento nacional. Por fim, colocou a Confederação Nacional da Indústria – CNI, bem
99 como o segmento de prestadores como um todo, à disposição para contribuir com a
100 implementação das propostas definidas. Conselheiro **Maurício Cavalcante Filizola**
101 cumprimentou o Secretário Executivo do Ministério e reconheceu a efetiva participação dele e
102 de sua equipe nas reuniões do Conselho. Também reforçou o compromisso de todo o setor do
103 comércio em contribuir com o fortalecimento da saúde pública do país. Fez um destaque ao
104 Programa Farmácia Popular, estratégia criada no governo Lula, que trouxe grandes benefícios
105 à população brasileira e perguntou que ações serão adotadas para fortalecer essa iniciativa,
106 com maior controle. Conselheiro **Mauri Bezerra dos Santos Filho** também destacou a
107 importância da presença da gestão do Ministério da Saúde na abertura da reunião e saudou
108 este Ministério pelas iniciativas adotadas nos cem dias de governo, com retomada de
109 importantes programas. Sobre o próximo PPA, solicitou ao Ministério da Saúde que assegure a
110 participação efetiva do Conselho na elaboração do documento. Também defendeu estratégias
111 para assegurar a autonomia do País na produção de medicamentos e insumos, porque salva
112 vidas e também gera desenvolvimento e riqueza. Por fim, manifestou satisfação com a
113 retomada da Mesa de Negociação, mas ponderou que é preciso garantir carreira nacional do
114 SUS. Conselheiro **Luiz Aníbal Vieira Machado**, após saudar a mesa na pessoa do Secretário
115 Executivo do Ministério da Saúde, manifestou satisfação com a ampliação do Programa Mais

116 Médicos (15 mil vagas) e com o apoio do Ministério da Saúde à realização da 17ª CNS e da 5ª
117 CNSM. Também solicitou atenção do Ministério da Saúde à saúde do trabalhador, com
118 enfoque nos trabalhadores do transporte, e às pessoas com câncer (assegurar o cumprimento
119 da “Lei dos 60 dias”). Além disso, solicitou providências em relação aos municípios que não
120 garantem transporte para os pacientes irem aos serviços de saúde, além de incentivo para
121 formação de mais profissionais médicos e maior atenção à saúde dos trabalhadores.
122 Conselheira **Débora Raymundo Melecchi** elogiou as ações implementadas nos cem primeiros
123 dias do governo Lula e o que foi construído durante o período de transição de governo.
124 Também manifestou satisfação com a perspectiva deste governo que considera saúde como
125 instrumento de desenvolvimento, essencial para o processo de reconstrução nacional. Nessa
126 linha, defendeu a adoção de um projeto de desenvolvimento com geração de renda e ações
127 voltadas à melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro. Sobre os desafios, salientou que é
128 preciso combater de forma coletiva as *fakes News*, com comunicação em saúde, utilizando
129 linguagem adequada e acessível (sugestão: história em quadrinhos). Também reconheceu a
130 importância da reinstalação da MNNSUS, uma vitória da classe trabalhadora, e avaliou que
131 agora é preciso avançar na valorização dos trabalhadores do SUS. **Retorno da mesa.** O
132 Secretário Executivo do Ministério da Saúde, **Swedenberger Barbosa**, respondeu às falas do
133 Pleno do Conselho, pontuando que: a) complexo produtivo da saúde - o Grupo Executivo do
134 Complexo Econômico-Industrial da Saúde – GECEIS foi instituído para retomar a agenda de
135 fortalecimento do complexo econômico-industrial da saúde visando reduzir dependência do
136 Brasil e assegurar acesso universal à saúde (serão definidas agendas de debate que contarão
137 com a participação do Presidente da República); o desenvolvimento nacional é essencial para
138 a soberania do país, portanto, é preciso enfrentar a dependência internacional do Brasil de
139 insumos, vacinas, equipamentos, entre outros; b) Farmácia Popular – o programa está em
140 reformulação e será lançada nova versão no mês de maio, com gratuidade ampliada e
141 incorporação de outros povos (indígenas); c) reindustrialização do país – esse é um processo
142 essencial para recolocar o Brasil no cenário internacional; d) MNNSUS – a reinstalação é um
143 avanço, tendo em vista o papel essencial dos trabalhadores para o fortalecimento do SUS; e)
144 câncer – é preciso considerar gestão, logística e critérios; f) conferências de saúde - a
145 realização é uma prioridade do Ministério da Saúde e a etapa nacional contará com a presença
146 do Presidente da República; g) projeto de desenvolvimento - o governo Lula defende projeto de
147 desenvolvimento com geração de renda e cidadania; h) outras ações importantes do Ministério
148 da Saúde – retomar direitos retirados da população (credenciamento de equipes e serviços do
149 SUS e retomada de equipes de saúde da família, de saúde bucal e dos NASF). Por fim, saudou
150 o CNS pelo planejamento, realizado naquela semana, e pontuou que os temas citados nas
151 intervenções poderiam abordados de forma detalhada em outra oportunidade, caso o Plenário
152 considerasse necessário. O Presidente do CNS agradeceu a fala do secretário executivo e
153 ressaltou que os temas tratados poderiam ser pauta nas próximas reuniões do Conselho ou de
154 outras atividades. Disse que o planejamento foi um processo coletivo com excelentes
155 resultados, uma manifestação do compromisso do Conselho com o fortalecimento do SUS e a
156 defesa da democracia. Conselheira **Fernanda Lou Sans Magano**, da Mesa Diretora do CNS,
157 agradeceu a presença do Secretário Executivo e cumprimentou a gestão pelas atividades
158 realizadas nos cem dias de governo. **INDICAÇÕES - 1)** Convite do Centro de Referência em
159 Saúde do Trabalhador Regional Petrolina - CEREST, para participação na Roda de Conversa -
160 O SUS e a efetivação do direito humano a saúde do Trabalhador (a). Data: 22 de março de
161 2023 (remoto). *Indicação (referendar):* conselheira **Madalena da Silva Teixeira** (CUT),
162 coordenadora adjunta da CISTT. **2)** Convite da Vice-presidência de Ambiente, Atenção e
163 Promoção da Saúde Fundação Oswaldo Cruz, para participar do Seminário “Direito Humano à
164 Alimentação Adequada, Agroecologia e Saúde: políticas públicas de futuro”. Data: 28 de março
165 de 2023. Local: Manguinhos, Rio de Janeiro. *Indicação (referendar):* conselheira **Myrian**
166 **Coelho Cunha da Cruz** (CFN). **3)** Convite da Associação Missão Resplandecer, para participar
167 da Audiência Pública em alusão a 24 de março, Dia Mundial de Combate à Tuberculose. Data:
168 31 de março de 2023. Local: Duque de Caxias Rio de Janeiro. *Indicação (referendar):*
169 conselheira **Michele Seixas** (ABL). **4)** Convite da Associação Brasileira da Indústria de
170 Tecnologia para Saúde, junto à Folha de São Paulo, para participar do debate sobre o objetivo
171 de participação ativa no processo de aprovação do projeto de Reforma Tributária. Data: 3 de
172 abril de 2023. Local: São Paulo-SP. *Indicação (referendar):* conselheira **Fernanda Lou Sans**
173 **Magano** (FENAPSI). **5)** Convite do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de
174 Pernambuco – COSEMS/PE, para participação na solenidade de abertura oficial do XIII
175 Congresso do COSEMS-PE e como palestrante da Mesa Central que tem como Tema: “35

anos do SUS: perspectivas para continuar avançando! ”. Data: 11 e 12 de abril de 2023. Local: Gravatá/PE. *Indicação (referendar)*: conselheiro **Elidio Ferreira de Moura Filho** (CONASEMS). **6)** Ofício nº 45/2023/MDS/CNAS/SE, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, para participar do debate sobre a população em situação de rua vítimas de homicídio na 316ª Reunião Ordinária do CNAS. Data: 13 de abril de 2023. Local: Brasília/DF. *Indicação (referendar)*: conselheiro **José Vanilson Torres** (MNPR). **7)** Convite da Rede de Pesquisa em Atenção Primária à Saúde da ABRASCO para participar da mesa de abertura do 1º Seminário 2023 Rede APS que terá como tema: “A Estratégia Saúde da Família na garantia do direito à saúde e defesa do SUS”. Data: 14 de abril de 2023 (remota). *Indicação (referendar)*: conselheira **Altamira Simões** (Lai Lai Apejo). **8)** Convite da Comissão Organizadora e Científica do III Fórum de Defesa Profissional da SBCO para participar da Mesa redonda 5: Atuação do cirurgião oncológico no SUS, do III Fórum de Defesa Profissional da SBCO. Data: 27 de abril de 2023. Local: Brasília/DF. *Indicação (referendar)*: conselheira **Ana Clébea Nogueira de Medeiros** (FEMAMA), coordenadora da CIASPP. **9)** Convite do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB para participar da cerimônia de pactuação da cooperação entre MAB e Fiocruz, junto ao Seminário Nacional: Saúde, água, energia e ambiente – tecendo saberes na construção de territórios sustentáveis e saudáveis, no âmbito das ações que vem sendo realizadas entre o Movimento e a Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Proteção à Saúde – VPAAPS/Fiocruz. Data: 27 de abril de 2023. Local: Manguinhos, Rio de Janeiro. *Indicação (referendar)*: conselheiro **Paulo Henrique Scrivano Garrido** (ASFOC). **10)** Convite do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Tocantins para participar da mesa redonda: Troca de experiências/desafios das PICS no SUS, do I Fórum Estadual de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. Data: 28 de abril de 2023. *Indicação (referendar)*: conselheiro **Abrahão Nunes da Silva** (CMP), coordenador da CIPPSPICS. **11)** Convite da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) para a Conferência Livre Nacional “Amanhã vai ser outro dia: SUS e o compromisso ético com a saúde das pessoas com deficiência”. Data: 29 de abril de 2023. Local: Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ. *Indicação (referendar)*: conselheira **Vitória Bernardes** (AME), coordenadora CIASPD. **12)** O Governo Federal, por meio da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) e do Ministério do Planejamento e Orçamento, de forma ampla e integrada, está realizando a implementação da participação social na elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. Diante disso, será realizado o I Fórum Interconselhos, com a participação de conselheiras e conselheiros da sociedade civil dos conselhos nacionais com mandatos vigentes e representantes da sociedade civil e movimentos sociais. . Data: 18 e 19 de abril. Local: Brasília/DF *Indicação*: seis vagas para conselheiros (as) da sociedade civil com mandato vigente, sendo quatro representantes do segmento de usuários: **Vânia Lúcia Leite; Ana Lúcia Paduello; José Ramix de Melo Pontes Júnior e Altamira Simões**; e dois representantes do segmento de profissionais de saúde: **Fernanda Lou Sans Magano**; e **Francisca Valda da Silva**. **Deliberação**: as indicações foram aprovadas por unanimidade. **Novos conselheiros - I - ENTIDADES E MOVIMENTOS NACIONAIS DE USUÁRIOS DO SUS** - Titular: Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e AIDS (RNP+ BRASIL) - Cledson Fonseca Sampaio. (Substituindo Jair Brandão de Moura Filho). Titular: União de Negras e Negros Pela Igualdade (UNEGRO) - Rosa Maria Anacleto - (Substituindo Maria da Conceição Silva). **II - ENTIDADES NACIONAIS DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE, INCLUÍDA A COMUNIDADE CIENTÍFICA DA ÁREA DE SAÚDE** - Titular: Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa) - Helenice Nakamura - (substituindo Christiane Camargo Tanigute). 1º Suplente: Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais - ABRATO - Rosa Irlene Maria Serafim (substituindo Denilson Ferreira de Magalhães). **II - ENTIDADES NACIONAIS DOS PROFISSIONAL DE SAÚDE, INCLUÍDA A COMUNIDADE CIENTÍFICA DA ÁREA DE SAÚDE** - Titular: Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) - Carlos Fidelis da Ponte. (Substituindo Lucia Regina Florentino Souto). **IV - SEGMENTO DO GOVERNO FEDERAL** - 2º Suplente: Ministério da Saúde (MS) - Erika Santos de Aragão. 2º Suplente: Ministério da Saúde (MS) - Paulo Roberto Alves Guimarães. 2º Suplente: Ministério da Saúde (MS) - Mauro Niskier Sanchez. 2º Suplente: Ministério da Saúde (MS) - Aristides Vitorino de Oliveira Neto”. **COORDENADORES DE PLENÁRIA** - **Eliane Santos**, Rio de Janeiro – Sudeste; **Jefferson de Sousa Bulhosa Júnior**, Distrito Federal – Centro Oeste; **José Nazareno Lima Tavares**, Amapá – Norte; **Maria Antonia Conceição de Souza Kuendig**, Mato Grosso do Sul – Centro Oeste; e **Roberval dos Santos Oliveira**, Piauí – Nordeste. **JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA** - Titular: **Elgiane de Fátima Machado Lago**, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB/CGTB), usuário, motivo: rodízio de titularidade; Titular: **Francisco Runja Manoel Antonio**, Articulação

236 dos Povos Indígenas Região Sul - ARPIN-SUL, usuário, motivo: rodízio de titularidade; Titular:
237 **Gilson Silva**, Força Sindical – FS, usuário, motivo: rodízio de titularidade; Titular: **Gyselle**
238 **Saddi Tannous**, Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI,
239 usuário, motivo: razões pessoais; Titular: **Helena Ferreira Magalhães**, União Brasileira de
240 Mulheres – UBM, usuário, motivo: participação na mesa da 341ª RO; Titular: **José Eri Borges**
241 **de Medeiros**, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS, gestor,
242 motivo: agenda de trabalho; Titular: **Ladyane Katlyn de Souza**, Associação de Controle do
243 Tabagismo, Promoção da Saúde e dos Direitos Humanos – ACT, usuário, motivo: rodízio de
244 titularidade; Titular: **Luiz Carlos Medeiros de Paula**, Federação Nacional de Associações de
245 Diabético – FENAD, usuário, motivo: rodízio de titularidade; Titular: **Madalena Margarida da**
246 **Silva Teixeira**, Central Única dos Trabalhadores – CUT, usuário, motivo: agenda de trabalho;
247 Titular: **Nísia Verônica Trindade Lima**, Ministério da Saúde - MS, Gestor, motivo: agenda de
248 trabalho; Titular: **Vitória Davi Marzola**, União Nacional dos Estudantes – UNE, Usuário, motivo:
249 agenda de trabalho. **RELATÓRIO DA MESA DIRETORA - Apresentação: conselheiro Neilton**
250 **Araújo de Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS. Relatório da Mesa Diretora do CNS com as
251 atividades realizadas no período de final de março a início de abril de 2023. **1) Fortalecimento**
252 **da Democracia e do Controle Social.** No dia 20 de março de 2023, o CNS participou do
253 lançamento do Programa Mais Médicos para o Brasil, com a presença do Excelentíssimo
254 Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. A ação evidenciou o trabalho coletivo que o
255 Governo Federal precisa desenvolver para restabelecer políticas públicas em Saúde que foram
256 deixadas em segundo plano nos últimos anos. Na cerimônia, o Presidente do CNS, Fernando
257 Pigatto, celebrou a inclusão do Controle Social nas agendas oficiais do planejamento de saúde
258 e reforçou como populações que vivem em situação de vulnerabilidade poderão ter acesso aos
259 serviços de saúde a partir desta retomada. No dia 3 de abril, o Governo Federal retomou a
260 agenda voltada ao fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde com medidas
261 para reduzir a dependência do Brasil e assegurar o acesso universal à saúde. Uma das ações
262 imediatas mais estratégicas para esta reconstrução é a criação do Grupo Executivo do
263 Complexo Econômico-Industrial da Saúde - GECEIS. O Conselho Nacional de Saúde integrará
264 o Grupo e contribuirá na construção e acompanhamento das ações para o fortalecimento do
265 complexo. Uma das prioridades será enfrentar a dependência do Brasil de IFAs (insumo
266 farmacêutico ativo), vacinas, equipamentos e materiais médicos. No dia 27 de março, o CNS
267 esteve reunido, por videoconferência, com representantes do Ministério da Saúde, Ministério
268 Público Federal e demais órgãos da saúde para tratar de inquérito instaurado pelo Ministério
269 Público do Rio Grande do Sul pelo não cumprimento à Recomendação CNS nº 13/2022, que
270 prevê a construção de protocolos da Rede de Cuidados às Vítimas da Covid-19 e seus
271 familiares. A recomendação do CNS pede que o Ministério da Saúde também adote uma linha
272 especial de cuidados às vítimas da Covid-19 e amplie o investimento em vigilância em saúde e
273 pesquisas voltadas para a questão da Síndrome Pós-Covid-19 longa. No dia 6 de abril, ocorreu
274 a oficina técnica no âmbito do Conselho, priorizando respostas não só à Recomendação nº 13,
275 mas também às outras levantadas pelo Conselho no que diz respeito ao enfrentamento e
276 monitoramento da Covid-19. No dia 30 de março de 2023, o CNS recebeu a visita de
277 representantes da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - ENSP para debater uma
278 agenda estratégica que aprofunde a parceria entre as entidades. O diálogo ocorreu durante a
279 186ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora do CNS. Em sua fala dirigida aos membros da Mesa
280 Diretora do CNS, Marco Menezes, diretor da ENSP, destacou a importância do estreitamento
281 das relações e o estabelecimento de uma agenda estratégica conjunta, focando no
282 aprofundamento da participação popular e na cooperação para o fortalecimento do SUS. **2)**
283 **Nota pública: CNS reafirma a presencialidade como condição fundamental à adequada**
284 **formação em saúde.** No dia 4 de abril, o Conselho reafirmou seu posicionamento em favor à
285 modalidade presencial de oferta para os cursos da área da saúde, considerando esta condição
286 adequada para a formação de qualidade dos profissionais de saúde. No momento em que a
287 formação em saúde pressupõe a integração entre o ensino, os serviços e a comunidade, bem
288 como o trabalho em equipes interprofissionais, é imprescindível que o desenvolvimento de
289 habilidades, atitudes, valores e competências ocorra de forma presencial, com a aprendizagem
290 prática sob acompanhamento docente. **ITEM 3 – OS DESAFIOS PARA O SETOR SAÚDE**
291 **DIANTE DO CENÁRIO DA MÁ ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DA POPULAÇÃO**
292 **BRASILEIRA - Apresentação: Debora Lima**, nutricionista formada pela Universidade Federal
293 do Rio de Janeiro – UFRJ; **Elisabetta Recine**, presidente do Conselho Nacional de Segurança
294 Alimentar e Nutricional – CONSEA; e **Kelly Alves**, Coordenadora-Geral de Alimentação e
295 Nutrição - CGAN/SAPS/MS. **Coordenação: conselheira Ana Lúcia da Silva Marçal Paduello,**

296 da Mesa Diretora do CNS; e conselheira **Fernanda Lou Sans Magano**, da Mesa Diretora do
297 CNS. Conselheira **Myrian Coelho Cunha Da Cruz**, coordenadora da Comissão Intersetorial de
298 Alimentação e Nutrição – CIAN/CNS, após agradecer a Mesa Diretora do Conselho pela pauta,
299 abordou a relação entre saúde da população e alimentação e nutrição. Lembrou que
300 alimentação e saúde são direitos básicos garantidos na Constituição Federal e, considerando
301 que os direitos humanos são indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados, para garantir
302 saúde, é preciso ter segurança alimentar e nutricional, e vice-versa. Na contramão do que
303 define a Carta Magna, destacou que a fome afeta cada vez a população brasileira, em especial
304 as pessoas em situação de maior vulnerabilidade social. Além disso, observa-se nos locais de
305 difícil acesso a alimentos saudáveis ocorre ampla oferta de alimentos não saudáveis
306 (ultraprocessados). Ressaltou que a saúde é o setor que atende as pessoas afetadas pela má
307 alimentação e nutrição e, para ilustrar esse fato, disse que, em 2018, os custos totais da
308 hipertensão, diabetes e obesidade no SUS foram de R\$ 3,45 bilhões (somente obesidade, R\$
309 1,4 bi). Lembrou também que o peso excessivo ou o baixo peso nas gestantes pode aumentar
310 os riscos para a mãe, contribuindo para os altos níveis de mortalidade materna. afirmou que a
311 segurança alimentar ressurgiu na sociedade brasileira em decorrência de políticas adotadas
312 pelo governo anterior, agravada substancialmente pela pandemia da COVID-19. Nesse
313 cenário, ressaltou que a fome, a desnutrição e a obesidade compõem as faces da má
314 alimentação coexistindo no mesmo território, sendo cada vez mais prevalentes na população,
315 até mesmo na infância. Essa tríade levam os profissionais de saúde a se sentirem impotentes
316 diante do desafio de cuidar das pessoas, demandando, assim, a participação do controle social
317 do SUS na proposição, construção e implementação efetiva de políticas públicas sustentáveis
318 para superação. Desse modo, disse que é importante debater os desafios do setor saúde
319 diante do cenário da má alimentação e nutrição da população brasileira. Após essas
320 considerações iniciais, foi aberta a palavra para as pessoas convidadas. A primeira expositora
321 foi a Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição - CGAN/SAPS/MS, **Kelly Alves**, que fez
322 uma abordagem sobre os desafios para o SUS no contexto de insegurança alimentar.
323 Começou explicando que a Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição - CGAN/SAPS/MS,
324 alocada na Secretaria de Atenção Primária à Saúde, era composta por uma Coordenadora-
325 Geral e quinze técnicas (sendo treze bolsistas), organizadas em três equipes de trabalho:
326 vigilância alimentar e nutricional; promoção da alimentação adequada e saudável; e atenção
327 nutricional e articulação interfederativa. Detalhou que são competências da CGAN: a)
328 organização da atenção nutricional no SUS - articulação intrassetorial e articulação
329 interfederativa; e b) cooperação para a segurança alimentar e nutricional - articulação SUS e
330 SISAN no âmbito federal e indução/apoio para articulação no âmbito local. Ainda sobre as
331 competências da CGAN: participação e controle social: CIAN/CNS, CONSEA e CNAPO; gestão
332 e cooperação intersectorial; e cooperação internacional: CISAN/Mercosul, CPLP – Comunidade
333 de Países de Língua Portuguesa e Rede de Guias Alimentares. Detalhou que são faces da
334 insegurança alimentar: falta de acesso físico aos alimentos adequados e saudáveis ou aos
335 meios para sua produção e/ou aquisição; acesso à alimentação inadequada (em termos
336 nutricionais, microbiológicos e culturais); e comprometimento de outros direitos para ter acesso
337 à alimentação. Nessa linha, disse que a insegurança alimentar traz consequências para a
338 saúde e nutrição, como a múltipla carga de má nutrição, com cenário crescente de sobrepeso,
339 obesidade, doenças crônicas não transmissíveis, desnutrição e carências de micronutrientes.
340 Explicou que esse cenário possui determinantes sinérgicos, porque a saúde alimentar e
341 nutricional da população é produzida pelas condições sociais e econômicas de vida da
342 população brasileira e pela organização do sistema alimentar. Nessa linha, frisou que é
343 preciso manter o cuidado integral para todas as formas de má nutrição e insegurança
344 alimentar, com fortalecimento das políticas de saúde e intersectoriais para enfrentar os
345 determinantes dos problemas de saúde e nutrição (tanto sobrepeso e obesidade, quanto
346 desnutrição). Para demonstrar a situação do país, apresentou alguns dados da população
347 acompanhada na APS: a) sobrepeso e obesidade, mas também magreza acentuada; b) 6,5%
348 das crianças menores de 5 anos estão obesas, com maior prevalência entre meninos (8,2%) e
349 entre crianças das regiões Nordeste (9,2%) e Norte (7,9%); c) prevalência de anemia entre
350 crianças de 6 a 59 meses por faixa etária para o Brasil e segundo macrorregião (2019): taxa
351 nacional é de 19% e, na Região, é de 30%; e d) prevalência de deficiência de vitamina A entre
352 crianças de 6 a 59 meses por faixa etária para o Brasil e, segundo macrorregião (2019): taxa
353 nacional é de 6,4% e da Região Centro Oeste é de 11,5%. Após esse panorama da situação,
354 apontou responsabilidades e desafios para o SUS: a) vigilância alimentar e nutricional (estado
355 nutricional e consumo alimentar) nos serviços de saúde e por meio de inquéritos populacionais

356 periódicos: subsídios para a tomada de decisão no âmbito individual e coletivo: do cuidado na
357 APS às políticas públicas do Governo Federal (Ex: MapaInSAN a partir do SISVAN e
358 CadÚnico); b) prevenção, diagnóstico e tratamento dos agravos relacionados à alimentação e
359 nutrição (inclui garantia de insumos para prevenção das carências de micronutrientes e para
360 tratamento de agravos, como desnutrição grave); e c) promoção da alimentação adequada e
361 saudável por meio de ações de incentivo, apoio e proteção – incidência técnico-política
362 intersetorial. Ainda em relação às responsabilidades e desafios para o Sistema, ressaltou que a
363 equipe de APS é a primeira a perceber as situações de insegurança alimentar e nutricional ou
364 ser acionada frente a essas situações pelas pessoas que vivem no território sob sua
365 responsabilidade (Unidades Básicas de Saúde – SUS - mais de 50.000 e serviços de
366 assistência social (SUAS – CRAS e CREAS) - 11.126). Nessa linha, falou sobre o modelo ESF
367 de Atenção Primária à Saúde e suas potencialidades para a garantia da segurança alimentar e
368 nutricional - SAN: 1) reconhecimento do ambiente alimentar no processo de territorialização e
369 utilização para as práticas de cuidado; 2) coerência das práticas de cuidado com o contexto
370 local; e 3) papel mediador junto a outros equipamentos sociais do território – protagonismo na
371 intersetorialidade. Por fim, destacou o desafio atual de entre SUS (via APS), SUAS e SISA
372 nos territórios, considerando inclusão do procedimento “Avaliação do risco de insegurança
373 alimentar em domicílios” (Portaria SAES/MS nº 202, de 22 de fevereiro de 2023): incluir registro
374 da TRIA no e-SUS, capacitar os profissionais e fomentar o uso da TRIA na APS e criar fluxo
375 assistencial da APS para o SUAS. Na sequência, a Presidente do CONSEA, **Elisabetta**
376 **Recine**, fez um resgate histórico do CONSEA e os desafios do órgão após a reinstalação.
377 Manifestou satisfação por participar deste debate e aproveitou para saudar o CNS pela
378 resistência e resiliência nos últimos seis anos. Chamou atenção para a luta da sociedade civil
379 nos últimos anos que alcançou uma vitória eleitoral no final de 2022 e conclamou todas as
380 pessoas a continuar a caminhada na busca por uma vitória política, além da eleitora, com
381 retomada das ações públicas em defesa da justiça social e da equidade. Também agradeceu o
382 Conselho pelos debates, lembrando que a agenda da alimentação e nutrição era um tema
383 recorrente neste Colegiado. Sobre o CONSEA, recuperou que foi criado em 1993, mas
384 desativado em 1995, sendo substituído pelo programa Comunidade Solidária na gestão do
385 então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 2003, ao assumir a Presidência, o
386 Presidente Luiz Inácio Lula da Silva restabeleceu o CONSEA e iniciou um período de intensa
387 participação social na construção de políticas na área de segurança alimentar. Inclusive,
388 lembrou a criação do Programa “Fome Zero”, iniciativa que visou erradicar a fome e a miséria
389 no Brasil. Nesta época, o Conselho era constituído por um terço de representantes do governo
390 (ligados aos direitos à alimentação) e dois terços da sociedade civil. Em 2019, o então
391 Presidente da República Jair Bolsonaro fez da desativação do Conselho um de seus primeiros
392 atos oficiais. Lembrou que o CONSEA foi retomado no primeiro dia da gestão do Presidente
393 Lula, com assinatura de decretos definindo a competência e funcionamento do CONSEA,
394 posse aos integrantes e de decreto que reinstalou a Câmara Interministerial de Segurança
395 Alimentar e Nutricional - CAISAN. Salientou que o CONSEA é um órgão de assessoramento
396 imediato à Presidência da República, importante espaço institucional para a participação e o
397 controle social na formulação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas de
398 segurança alimentar e nutricional. É composto por sessenta membros titulares e seus
399 respectivos suplentes, dos quais dois terços representam a sociedade civil e um terço
400 representa o Governo Federal (24 ministérios). Pontuou dois desafios principais do CONSEA
401 nesse novo momento: configurar instâncias de pactuação do Conselho e garantir orçamento
402 público; e acabar com a fome no Brasil, com garantia de acesso e consumo de alimentos
403 adequados e produzidos de maneira sustentável, articulando ações emergências trabalhando
404 os determinantes estruturais das desigualdades do País. Salientou a importância do setor
405 saúde nesta agenda, pela capilaridade, com atuação dos profissionais de saúde, em
406 articulação nos territórios. Na linha das ações futuras, informou que seriam realizadas duas
407 oficinas, com a participação de diferentes ministérios, para reelaborar o documento chamado
408 “Brasil sem Fome”. Como avanços, citou o aumento do *per capita* da alimentação escolar e o
409 relançamento do programa de aquisição de alimentos. Por último, solicitou que, para além da
410 discussão e incidência na agenda da alimentação e nutrição, o CNS definisse estratégias
411 voltadas a sensibilizar a Rede de Conselhos do SUS para debate do tema em pauta “os
412 desafios para o setor saúde, diante do cenário da má alimentação e nutrição da população
413 brasileira”. Continuando, a nutricionista **Debora Lima**, especialista em saúde da família pela
414 ENSP/FIOCRUZ, apresentou experiências exitosas de educação alimentar e nutricional, para
415 demonstrar potencialidades e desafios do tema na Atenção Primária à Saúde – APS. Começou

416 pontuando que são 125 milhões de pessoas em insuficiência alimentar e mais de 33 milhões
417 em situação de fome, expressa pela insuficiência alimentar grave. Todavia, ponderou que é
418 preciso olhar a insegurança alimentar considerando as especificidades dos territórios e
419 pluralidade do país. Para ilustrar essas diferenças/especificidades, citou os seguintes dados:
420 Regiões Norte e Nordeste apresentam maior percentual de insegurança alimentar grave;
421 insegurança alimentar é maior em residências com crianças e adolescentes; os níveis de
422 insegurança alimentar são maiores nos domicílios chefiados por mulheres; e população preta e
423 parda estão em maior grau de insegurança alimentar. Citou alguns impactos da insegurança
424 alimentar: qualidade/expectativa de vida; Sistema de Saúde Público (internação por doenças
425 não transmissíveis); desenvolvimento; e educação. Nessa linha, afirmou que não há saúde
426 sem comida e, portanto, é preciso olhar para a alimentação e não mais para a doença. Mostrou
427 um gráfico ilustrando o conceito de Sindemia Global, apresentado em 2019 em relatório
428 comissionado pelo *The Lancet*, que incorpora a visão sistêmica sobre a alimentação e seus
429 impactos na saúde e no meio ambiente, relacionando a má nutrição em todas suas formas,
430 analisada a partir de indicadores de obesidade, desnutrição e deficiência de nutrientes) e as
431 mudanças climáticas. Ressaltou que é preciso ter olhar sensível para a obesidade, que fala de
432 insegurança alimentar, pois está relacionada ao consumo excessivo de alimentos
433 ultraprocessados e baixo consumo de alimentos *in natura*. Ou seja, é essencial analisar o que
434 a população está comendo, considerando inclusive as condições para o consumo de alimentos
435 *in natura*, uma vez que estes são os maiores alvo da inflação. Nesse contexto de renda e
436 alimentação, mostrou comparativo entre o valor do salário mínimo, R\$1.302,00, e o valor da
437 cesta básica, fev. 2023: São Paulo R\$ 779,38 - 64,71%; Brasília R\$ 719,74 - 59,76%; Curitiba
438 R\$ 678,90 - 56,37%; Fortaleza R\$ 671,32 - 55,74%; e Belém R\$ 662,98 - 55,05%. Destacou
439 que os desafios são vários, entre eles: fortalecimento das políticas públicas de alimentação e
440 nutrição; articulação em rede; fortalecer a Atenção Primária em Saúde - Programa Saúde na
441 Escola – PSE e os NAFS; e sistemas alimentares - produzir, distribuir, comercializar e consumir
442 alimentos. Além disso, frisou ser essencial conhecer os territórios, assegurando alimentos de
443 acordo com a realidade local e a cultura alimentar. Também apresentou ações a serem
444 adotadas: fortalecer o PROTEJA, Estratégia Nacional para a Prevenção e Atenção à
445 Obesidade Infantil; planejar as ações a partir da PNAN; fortalecer ações de vigilância alimentar
446 e nutricional; e fortalecer as potencialidades dos territórios. Por fim, mostrou experiências
447 exitosas de produção nos territórios - hortas em território quilombola no interior do Estado do
448 Rio de Janeiro, hortas em unidades de saúde da família - iniciativa de promoção da saúde e
449 não na doença e fez um destaque ao Projeto de Extensão CulinAfro da UFRJ, que desenvolve
450 ações de educação alimentar e nutricional. **Manifestações.** Conselheira **Vânia Lúcia Ferreira**
451 **Leite** saudou a Mesa Diretora do CNS por pautar este tema de tamanha relevância e destacou
452 que é preciso envolver também o Ministério da Educação nessa discussão com vistas a definir
453 ações conjuntas capazes de conscientizar a população sobre a importância da alimentação
454 saudável. Também enfatizou que é preciso dar condições às famílias para o preparo dos
455 próprios alimentos, com acesso à energia elétrica e saneamento básico. Defendeu o cuidado
456 com a saúde alimentar e educação das crianças, fortalecendo vínculo com a comunidade
457 escolar, com vistas à integração e à promoção de saúde, sobretudo para criar estratégias de
458 mudanças nos hábitos alimentares infantis. Também sugeriu que as escolas realizem o
459 acompanhamento da condição nutricional das crianças e que haja olhar diferenciado para os
460 povos e comunidades tradicionais, em especial para populações indígenas, por conta da
461 cultura alimentar nas aldeias, evitando o consumo de alimentos ultraprocessados. Por fim,
462 destacou o trabalho incansável das líderes da Pastoral da Criança que realizam a aferição de
463 peso e altura das crianças de 0 a 6 anos e orientam as famílias e gestantes acompanhadas
464 para uso da alimentação enriquecida, inclusive com incentivo a hortas caseiras (na paróquia e
465 comunidade). Esses dados são inseridos no aplicativo “App da Pastoral da Criança +
466 Gestante”, possibilitando diagnóstico sobre o estado nutricional de cada pessoa, com acesso
467 público aos dados do aplicativo. Conselheira **Elaine Junger Pelaez** destacou que a
468 alimentação adequada é um direito humano universal e a fome e a insuficiência alimentar são
469 resultados de um sistema que impede grande parte da população de ter acesso aos direitos e
470 de um fenômeno social que, no Brasil, está conectado ao capitalismo, à exploração do trabalho
471 e não socialização dos frutos do trabalho. Ressaltou que é tarefa de todas as pessoas suscitar
472 o debate e romper com essa lógica, com luta coletiva por políticas públicas que contemple
473 todas as pessoas. Nesse sentido, manifestou satisfação com a retomada do CONSEA e com o
474 trabalho da CIAN/CNS. Na linha de romper com a violação do direito humano à alimentação,
475 defendeu maiores taxas para alimentos ultraprocessados e isenção de impostos para alimentos

476 saudáveis. Conselheiro **José Vanilson Torres da Silva** saudou as integrantes da mesa e
477 manifestou satisfação com a retomada do CONSEA, órgão do qual a população em situação
478 de rua faz parte. Recordou que as pessoas em situação de rua comem o que está disponível
479 (alimentos descartados ou oferecidos/doados), sem acesso à alimentação adequada,
480 condições dignas e às ações e serviços de saúde. Destacou o paradoxo da situação alimentar
481 e nutricional da população brasileira, uma parcela passa fome, e outra consome alimentos
482 ultraprocessados e/ou contaminados por agrotóxicos. Como ações, defendeu a criação de
483 cozinhas solidárias para população em situação de rua e de cozinhas comunitárias nas
484 periferias, garantindo soberania alimentar para aqueles que necessitam. Conselheiro **Clóvis**
485 **Alberto Pereira** lembrou que o governo anterior negou a pandemia e a fome no Brasil,
486 portanto, as ações adotadas pelo novo governo, entre elas a reinstalação do CONSEA, traz
487 esperança para o povo brasileiro. Cumprimentou as expositoras pelas ricas explanações, mas
488 sentiu falta de referência a pessoas com deficiência (45 milhões), que precisam ser pensadas
489 nas diversas etapas da alimentação e nutrição - produção, distribuição, acesso e consumo.
490 Conselheira **Shirley Marshal Díaz Morales** destacou a importância deste tema amplo e
491 transversal, que envolve determinantes sociais, mas sentiu falta de alusão à vigilância.
492 Também chamou a atenção para a precarização da força de trabalho das unidades de saúde, a
493 maioria terceirizada, o que dificulta a realização de atividades fora dos consultórios como
494 hortas comunitárias. Reforçou ainda a importância de retomar o financiamento e a ampliação
495 da força de trabalho dos NASF. Como encaminhamento, sugeriu a aprovação de
496 recomendação, contemplando as seguintes propostas: reforço à agenda da alimentação e
497 nutrição, posição sobre a PNAN, retomada do financiamento dos Núcleos de Apoio à Saúde da
498 Família - NASF e ampliação da força de trabalho em saúde. Conselheiro **Eduardo Maércio**
499 **Fróes** chamou a atenção para o aumento das neoplasias malignas e as demandas
500 dispendiosas por conta dos cânceres – medicamentos, insumos e suplementação de alimentos
501 especiais (no caso da suplementação, geralmente de alto custo e não ofertada pelo SUS).
502 Ressaltou que muitos pacientes acometidos por câncer não dispõem de condições para
503 custear o deslocamento até os serviços de saúde para tratamentos com sessões de
504 quimioterapia, muito menos pagar por uma alimentação diferenciada. Nessa linha, defendeu a
505 implementação de política nacional voltada à oncologia e também a taxação de alimentos
506 ultraprocessados, pois o consumo aumenta o risco de doenças, inclusive câncer. Conselheiro
507 **Maurício Cavalcante Filizola** saudou as expositoras pelas apresentações e citou ações do
508 SESC contra a fome e o desperdício, com destaque para o Programa Mesa Brasil SESC,
509 criado em 1994. Alguns números da iniciativa: em 2022, mais de 44 milhões de quilos de
510 alimentos distribuídos; quase 2.800 doadores; mais de 2,5 milhões de pessoas atendidas. Além
511 disso, disse que a entidade promove iniciativas educativas sobre o tema, com 678 municípios
512 atendidos e presença em todos os Estados. Nessa linha, afirmou que é preciso somar forças e
513 firmar parcerias e colocou a estrutura do SESC, bem como a CNC, à disposição para contribuir
514 nas ações de combate à fome no país. Conselheiro **José Ramix de Melo Pontes Junior**
515 reconheceu a representatividade da mesa e destacou que esse tema implica na necessidade
516 de definir o modelo de desenvolvimento desejável para o país. Lembrou que o Presidente Lula
517 assumiu o compromisso de colocar em prática plano para ampliar a oferta de alimentos no
518 Brasil como forma de combater a fome. Nessa linha, destacou que a retomada do CONSEA
519 sinaliza o compromisso da presidência para garantir alimento saudável na mesa do povo
520 brasileiro. Ressaltou que é preciso olhar para diversidade dos sujeitos, especialmente as
521 populações que passam fome no país (preta, LGBTQIA+, em situação de rua, do campo, das
522 águas, da floresta e tradicionais). Por fim, disse que a agricultura familiar é a garantia da
523 alimentação saudável e o envolvimento de jovens rurais é fundamental à segurança e à
524 soberania alimentar e nutricional do país. Conselheira **Heliana Neves Hemetério dos Santos**
525 saudou as pessoas convidadas e enfatizou que é preciso pensar na relação entre insegurança
526 alimentar e racismo. Além disso, destacou que é necessário discutir a taxação de alimentos,
527 porque os alimentos orgânicos, mais saudáveis, são mais caros, o que dificulta o consumo. Por
528 fim, disse que é preciso abordar a simbologia econômica do *fast food*, haja vista os malefícios
529 desse tipo de alimento, com valorização da “comida de verdade”. Conselheira **Altamira**
530 **Simões dos Santos de Sousa** destacou que não se deve pensar em alimentação e nutrição
531 hegemônica, mas sim “racializar a discussão”, priorizando o território e entendendo o
532 importante papel da atenção básica, com manejo integral, assegurando o financiamento. Além
533 disso, defendeu o enfrentamento da “raiz” do problema, com combate ao agronegócio, que
534 destrói a terra, tornando o solo improdutivo. Por fim, disse que medidas como distribuição de
535 cestas básicas são importantes, mas o desejável é garantir ao povo condições para comprar os

536 seus alimentos. Conselheiro **Valcler Rangel Fernandes** manifestou satisfação com as falas
537 pelo caráter mobilizador e salientou que soberania alimentar e violência são questões
538 prioritárias a serem trabalhadas. Também destacou a importância de trabalhar o tema da
539 sindemia e explorar as potências dos territórios, com reprodução de importantes iniciativas
540 como hortas comunitárias e cozinhas solidárias. Além disso, chamou a atenção para
541 necessidade de trabalhar a comunicação e, nessa linha, sugeriu uma ampla campanha contra
542 alimentos ultraprocessados. Por fim, considerando que alimentação é cultura, sugeriu o
543 envolvimento de espaços que defendem alimentação saudável nas ações, a exemplo de
544 comunidades tradicionais de matriz africana e povos de terreiro. Conselheira **Sueli Terezinha**
545 **Goi Barrios** também agradeceu as explanações e concordou que é preciso fortalecer as
546 equipes de atenção básica, haja vista o papel de articulação nos territórios. Ressaltou que as
547 escolhas das pessoas irão refletir nas políticas do país e lembrou que “comer” tem impacto em
548 diversos setores, porque perpassa o sistema de produção, distribuição e comercialização dos
549 alimentos. Além disso, é um ato político porque se reflete nas escolhas - feiras livres/agricultura
550 familiar ou agronegócio, associado ao desmatamento e ao uso de agrotóxicos. Sendo assim,
551 disse que é preciso apoiar quem produz “comida de verdade” no Brasil, com destaque para o
552 Movimento dos Sem Terra que produziu e alimentou a população, inclusive durante a
553 pandemia. Conselheira **Walquiria Cristina Batista Alves Barbosa** destacou a importância de
554 parceria do CONSEA com o Conselho de Alimentação Escolar a fim de garantir oferta de
555 alimentos saudáveis no lanche oferecido aos alunos, de acordo com a cultura alimentar local.
556 No caso das pessoas idosas, disse que é preciso ter atenção para o problema do sobrepeso,
557 que contribui para doenças crônicas e do baixo peso, que aumenta o risco de infecções,
558 mortalidade e sarcopenia. Conselheira **Marta Carmelita Bezerra de Almeida** defendeu a
559 garantia da comida pela ancestralidade, pelo território, pela identidade, o que pressupõe o
560 enfrentamento ao sistema capitalista, que subsidia os alimentos ultraprocessados. Conselheiro
561 **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS, agradeceu a luta do controle social contra o
562 projeto de morte, que exterminou uma parte da população brasileira, e frisou que é preciso
563 continuar a batalha para garantir o direito humano à saúde. Conselheira **Francisca Valda da**
564 **Silva** saudou as expositoras e salientou que a situação é complexa e de difícil enfrentamento.
565 Ressaltou que o projeto de fome e morte está definido no Congresso Nacional e, na linha do
566 enfrentamento dessa situação, defendeu diálogo com a Comissão da Saúde no Congresso
567 Nacional para garantir a participação de representante do CNS na audiência pública que irá
568 debater “Reforma Tributária e a oneração de produtos nocivos à saúde”, prevista para
569 acontecer no dia 20 de abril de 2023 (intolerável que 41% da população brasileira esteja em
570 situação de fome ou insegurança alimentar moderada ou grave). Conselheira **Cleonice**
571 **Caetano Souza** salientou que saúde é vida, mas, para isso, é preciso garantir alimentação
572 saudável para toda a população brasileira, inclusive para os profissionais de saúde, que
573 defendem vida saudável (“quem cuida de quem cuida?”). Fez um destaque às milhares de
574 mortes de trabalhadores em decorrência de acidentes de trabalho no Brasil e referência ao
575 Movimento Abril Verde, iniciativa que busca conscientizar a população sobre a importância da
576 saúde e segurança no trabalho. Conselheira **Priscila Torres da Silva**, no que diz respeito à
577 segurança alimentar, lembrou as pessoas com doença crônica em situação de obesidade, que,
578 por falta de atenção adequada, precisam recorrer a procedimentos invasivos, como cirurgia
579 bariátrica. Nessa linha, enfatizou a importância do autocuidado e de um olhar amplo sobre a
580 obesidade, começando na atenção básica, a fim de garantir qualidade de vida à população,
581 diminuindo inclusive os custos do Sistema com o tratamento dessas doenças. **Retorno da**
582 **mesa.** A nutricionista **Debora Lima**, pontuou os seguintes aspectos a partir das intervenções: é
583 preciso incluir o Ministério da Educação nos debates, inclusive para tratar sobre o PNA e o
584 programa de alimentação escolar, com vistas a garantir que o alimento ofertado esteja de
585 acordo com a característica do território, retomando práticas alimentares antigas; é essencial
586 fortalecer e garantir consultórios na rua para conhecer a população e assegurar atenção a esse
587 grupo; e é extremamente importante conhecer os territórios para definir ações de acordo com a
588 realidade local (comida deve ser de acordo com a realidade do território). A presidente do
589 CONSEA, **Elisabetta Recine**, comentou as seguintes questões a partir das falas: conceito de
590 sindemia global – as três grandes pandemias atuais (obesidade, fome e pobreza e crise
591 climática) compartilham de um sistema comum, que é o sistema alimentar hegemônico,
592 portanto, para lidar com essas pandemias, é preciso mudar esse sistema alimentar
593 predominante; o setor saúde deve ser o sujeito legítimo para debate de temas importantes
594 como, por exemplo, os rumos da reforma tributária; a pobreza e a vulnerabilidade não são
595 homogêneas e a política pública precisa de olhar específico para essas diferenças; e é preciso

596 fazer valer a dimensão da participação social, para além dos conselhos, neste novo governo. A
597 Coordenadora-Geral da CGAN/SAPS/MS, **Kelly Alves**, fez os seguintes destaques: Ministério
598 da Saúde participa de grupo de trabalho, composto por representantes do INCA, Fiocruz e
599 OPAS/OMS para apresentar as contribuições do setor saúde à reforma tributária na linha da
600 justiça tributária (facilitar o acesso ao que é saudável e dificultar ao que não é); a Comissão de
601 Saúde da Câmara dos Deputados irá debater reforma tributária e a participação do CNS é
602 essencial; o fortalecimento da APS é uma prioridade do Ministério da Saúde e a equipe técnica
603 está trabalhando na nova proposta de equipes de apoio multiprofissional; há grande demanda
604 por fórmulas nutricionais no SUS e é essencial assegurar condições para que o complexo
605 industrial da saúde produza esse insumo, assegurando que o país não seja dependente das
606 multinacionais produtoras; e é essencial ampliar a acessibilidade ao Guia Alimentar para a
607 População Brasileira e produzir materiais que valorizem as matrizes históricas da alimentação
608 do povo brasileiro. Na sequência, a mesa passou aos encaminhamentos. **Deliberação: neste**
609 **ponto de pauta, as deliberações foram as seguintes: 1) dialogar com a Comissão da**
610 **Saúde no Congresso Nacional para garantir a participação de representante do CNS na**
611 **audiência pública que irá debater “Reforma Tributária e a oneração de produtos nocivos**
612 **à saúde”, prevista para acontecer no dia 20 de abril de 2023; 2) estabelecer estratégias**
613 **para sensibilizar a Rede de Conselhos do SUS para o tema da pauta “os desafios para o**
614 **setor saúde, diante do cenário da má alimentação e nutrição da população brasileira”; 3)**
615 **elaborar recomendação do CNS, contemplando as seguintes propostas: reforço à**
616 **agenda da alimentação e nutrição, posição sobre a PNAN, retomada do financiamento**
617 **dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF e ampliação da força de trabalho em**
618 **saúde (remeter à CIAN/CNS para debate e elaboração, com a participação de outras**
619 **comissões afins do Conselho. Se possível, o documento será apresentado ao Pleno do**
620 **Conselho, para deliberação, na próxima reunião); e 4) promover campanha contra os**
621 **produtos ultraprocessados (remeter à CIAN/CNS para debate e proposição). Também foi**
622 **informado que a representação do CONSEA será convidada permanente das reuniões do**
623 **Conselho.** Após esses encaminhamentos, a mesa agradeceu a participação das convidadas
624 neste ponto e encerrou a discussão. Com isso, às 13h25, finalizou a manhã do primeiro dia de
625 reunião. Estiveram presentes os seguintes conselheiros e conselheiras: *Titulares* - **Alex**
626 **Gomes da Motta**, Pastoral da Saúde Nacional; **Ana Lúcia da Silva Marçal Paduello**,
627 Associação Brasileira Superando o Lúpus, Doenças Reumáticas e Doenças Raras –
628 SUPERANDO; **Carlos Fidelis da Ponte**, Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES);
629 **Clóvis Alberto Pereira**, Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); **Débora**
630 **Raymundo Melecchi**, Federação Nacional dos Farmacêuticos – FENAFAR; **Dulcilene Silva**
631 **Tiné**, Federação Brasileira de Hospitais (FBH); **Elaine Junger Pelaez**, Conselho Federal de
632 Serviço Social (CFESS); **Fernanda Lou Sans Magano**, Federação Nacional dos Psicólogos –
633 FENAPSI; **Fernando Zasso Pigatto**, Confederação Nacional das Associações de Moradores –
634 CONAM; **Francisca Valda da Silva**, Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn; **Helena**
635 **Ferreira Magalhães**, União Brasileira de Mulheres (UBM); **Heliana Neves Hemetério dos**
636 **Santos**, Rede Nacional de Lésbicas Bissexuais Negras Feministas (REDE CANDACES BR);
637 **José Ramix de Melo Pontes Junior**, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais
638 Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG); **José Vanilson Torres da Silva**, Movimento
639 Nacional População de Rua (MNPR); **Rafaela Bezerra Fernandes**, Associação Brasileira de
640 Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); **Lucia Regina Florentino Souto**, Ministério
641 da Saúde (MS); **Maria Thereza Almeida Antunes**, Federação Brasileira das Associações de
642 Síndrome de Down (FBASD); **Marisa Helena Alves**, Conselho Federal de Psicologia (CFP);
643 **Mauri Bezerra dos Santos Filho**, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Segurança
644 Social da CUT (CNTSS); **Maurício Cavalcante Filizola**, Confederação Nacional do Comércio
645 de Bens, Serviços e Turismo (CNC); **Myrian Coelho Cunha da Cruz**, Conselho Federal de
646 Nutricionistas (CFN); **Neilton Araújo de Oliveira**, Ministério da Saúde (MS); **Nelson Augusto**
647 **Mussolini**, Confederação Nacional da Indústria (CNI); **Patrícia Gonçalves Soares**, Movimento
648 de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN); **Priscila Torres da**
649 **Silva**, Biored Brasil; **Shirley Marshal Díaz Morales**, Federação Nacional dos Enfermeiros
650 (FNE); **Sueli Terezinha Goi Barrios**, Associação Brasileira da Rede Unida (REDEUNIDA);
651 **Swedenberger do Nascimento Barbosa**, Ministério da Saúde (MS); **Vânia Lúcia Ferreira**
652 **Leite**, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); e **Walquiria Cristina Batista Alves**
653 **Barbosa**, Associação Brasileira de Alzheimer e Doenças Similares (ABRAZ). *Suplentes* –
654 **Altamira Simões dos Santos de Sousa**, Rede Nacional Lai Lai Apejo - Saúde da População
655 Negra e AIDS; **Cleonice Caetano Souza**, União Geral dos Trabalhadores (UGT); **Edna Maria**

656 **dos Anjos Mota**, Conselho Federal de Enfermagem (COFEN); **Eduardo Maércio Fróes**,
657 Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (ABRALE); **Haroldo Jorge de Carvalho Pontes**,
658 Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS); **Helvécio Miranda Magalhães**
659 **Júnior**, Ministério da Saúde (MS); **João Alves do Nascimento**, Conselho Federal de Medicina
660 Veterinária – CFMV; **Lucia Helena Modesto Xavier**, Associação de Diabetes Juvenil (ADJ);
661 **Luiz Aníbal Vieira Machado**, Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; **Marta**
662 **Carmelita Bezerra de Almeida**, Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação
663 Popular em Saúde – ANEPS; **Mauro Niskier Sanchez**, Ministério da Saúde (MS); **Renata**
664 **Soares de Souza**, Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas (MNCP); **Renato de Jesus**
665 **Padilha**, Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil (FENAPAR); **Rildo**
666 **Mendes**, Articulação dos Povos Indígenas Região Sul (ARPIN-SUL); **Silvana Nair Leite**
667 **Contezini**, Escola Nacional dos Farmacêuticos (ENFAR); **Valcler Rangel Fernandes**,
668 Ministério da Saúde – MS; **Veridiana Ribeiro da Silva**, Conselho Federal de Farmácia – CFF;
669 e **Walter Bernardo Ribeiro**, Central Única dos Trabalhadores (CUT). **ITEM 4 –**
670 **MULHERIDADES: SOMOS MUITAS, SOMOS MÚLTIPLAS** - *Apresentação: Elisa Costa*,
671 fundadora e presidenta da Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK/Brasil);
672 conselheira **Helena Piragibe**, Coordenadora da Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher -
673 CISMU/CNS; **Joana D’arc Bazílio da Cruz**, coordenadora do Movimento de População de Rua
674 do DF; **Ludymilla Santiago**, do Movimento de Travesti e Transexuais do DF - ANAV-Trans.
675 *Coordenação: conselheira Francisca Valda da Silva*, da Mesa Diretora do CNS; e conselheira
676 **Ana Lúcia da Silva Marçal**, da Mesa Diretora do CNS. Conselheira **Helena Piragibe**,
677 coordenadora da CISMU/CNS, saudou todas as pessoas, especialmente a coordenadora
678 adjunta da Comissão, conselheira Shirley Marshal, e agradeceu a Mesa Diretora do CNS por
679 acolher a solicitação da CISMU para pautar este tema. Salientou que as mulheres são
680 múltiplas e diversas e a maioria vive em situação de vulnerabilidade e de desigualdades. Além
681 disso, situações de preconceito e violência têm impacto na vida das mulheres e no acesso
682 delas aos serviços públicos de saúde. Desse modo, a CISMU vem buscando envolver as
683 mulheres, nas suas diversidades, no processo de debate em busca de uma sociedade mais
684 justa e igualitária. A primeira expositora foi a presidenta da AMSK/Brasil, **Elisa Costa**, que fez
685 uma abordagem sobre a diversidade das mulheres de etnia romani (conhecida popularmente
686 como povo cigano) e as barreiras e o preconceito vivido pelas mulheres desse povo. Começou
687 explicando que a Associação Internacional Maylê Sara Kalí é uma organização da sociedade
688 civil, fundada em 2009, sem fins lucrativos, com a missão de propagar a história do Povo
689 Romani - os chamados ciganos - do Brasil. Atuante na participação social, em defesa dos
690 direitos humanos, nos espaços políticos democráticos de elaboração e discussão das políticas
691 públicas setoriais e de direitos. Entre as ações da entidade, citou o Projeto “Mulher em
692 Movimento”, desenvolvido desde 2000, que tem por objetivo ampliar o conhecimento sobre as
693 diversas formas de ser uma mulher de etnia romani, seus múltiplos recortes étnicos raciais e
694 garantir o direito humano à existência digna em todas as suas fases geracionais; combater o
695 estereótipo; agregar novas formas de investigação; e construir as próprias referências. A
696 metodologia é escuta qualificada de várias mulheres e suas realidades *in loco*; chamamento
697 dos troncos ou braços familiares/étnicos; conceito de experiência de Schutz; e conceito Maylê
698 de escuta (consiste em abraçar e acolher todas as especificidades). Disse que a Associação
699 vem crescendo ao longo dos anos, inclusive com o apoio do CNS, principalmente na época
700 mais crítica da pandemia da COVID-19. Salientou que as mulheres do povo romani, assim
701 como outros povos, enfrentam diversos preconceitos, ainda nos dias atuais, e muitas pessoas,
702 ao longo dos anos, decidiram não assumir publicamente suas origens, como a poeta Cecília
703 Meireles. Explicou que não há dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística –
704 IBGE sobre o povo romani, o que impossibilita a definição de políticas públicas efetivas, uma
705 vez que são considerados números imaginários. Assim, a organização comprometeu-se a fazer
706 análise de microdados específicos, mas enfrentou sérias dificuldades nesse processo. Chamou
707 a atenção para as barreiras e o preconceito vivido pelas mulheres do povo Romani na procura
708 do atendimento à saúde, ao utilizarem suas vestes típicas, por exemplo, e destacou a luta
709 constante desse povo contra a romafobia/anticiganismo. Fez um destaque ao perigo do
710 esteriótipo que mata, junto com aculturação. Explicou que no Brasil são oito braços étnicos
711 deste povo, com diferentes línguas. Na linha dos avanços, citou etnicidade e saúde, aprovado
712 pela OPAS, discussão no fórum de minorias da ONU (aprovação de 33 prioridades relativas ao
713 povo cigano), discussão sobre o extermínio dos povos ciganos (2º povo mais exterminado) e
714 ampliação do debate sobre racismo estrutural, institucional e epistemológico. Também citou a
715 Política de Apoio à Saúde Integral do Povo Romano, aprovada em dezembro de 2018, cujo

716 objetivo principal é garantir que sejam respeitadas as diferenças de território e as necessidades
717 que cada estado e município têm para atender as diferentes formas de se organizar, de morar
718 e de viver. Destacou que o respeito a Estados e Municípios onde vivem essas comunidades
719 possibilita mais acesso a vacinas, acompanhamentos para crianças e idosos e campanhas de
720 saúde do governo federal. Recordou que, em 19 de março de 2020, diversas organizações
721 solicitaram ao Ministério Público Federal a definição de ação emergencial (protocolo) para
722 atendimento dessa parcela da população brasileira. O documento apresentado ao MPF
723 solicitou também que o Ministério da Mulher, Direitos Humanos e Família e a Secretaria da
724 Criança e do Adolescente contribuíssem na definição de saídas. Destacou que a resposta foi
725 tardia e, em 20 de abril, as mesmas organizações apelaram ao CNS, que, prontamente,
726 aprovou a Recomendação nº 35, de 11 de maio de 2020. Seguindo, fez um destaque ao
727 protocolo atual de análise, de caráter contínuo, iniciado em 2016, e fez referência a dois
728 projetos que se tornaram programas, o Dosta e o Sal da Terra (publicado). Em 2019,
729 começaram as parcerias internacionais para análise de texto e publicação sobre o tema e, em
730 2022 e 2023, destacam-se o registro de denúncias de preconceito (publicações disponíveis no
731 site da www.amsk.org.br) Finalizando, agradeceu a oportunidade de estar naquele espaço e
732 desejou a todas as pessoas sorte, saúde e liberdade. Na sequência, a coordenadora do
733 Movimento de População de Rua do DF, **Joana D'arc Bazílio da Cruz**, falou sobre os desafios
734 enfrentados principalmente pelas mulheres em situação de rua. Em um relato emocionante,
735 disse que durante os dez anos que morou nas ruas presenciou diversos tipos de violência
736 contra as pessoas em situação de rua, principalmente mulheres e também foi vítima de muitas
737 delas. Explicou que essa população é invisível, visto que não há dados oficiais e as mulheres
738 são "impedidas" de vivenciar a maternidade e constituir família. Vivem uma guerra diária pela
739 sobrevivência, com resistência às violências que sofrem por parte de outras pessoas e do
740 Estado e à falta de dignidade. Além disso, relatou que muitas pessoas nessa situação fazem
741 uso excessivo de álcool e outras drogas e precisam "conviver" com a contaminação por
742 diversos tipos de doenças. No mais, afirmou que a população em situação de rua sofrem
743 silenciamento quando decidem denunciar as agressões sexuais e verbais vivenciadas, assim
744 como aconteceu com ela. Ao sofrer ato de violência, buscou a delegacia de polícia, mas lhe foi
745 negado o direito de registrar boletim de ocorrência. Também afirmou que esse segmento da
746 sociedade não tem acesso às ações e serviços de saúde, e nem às condições básicas para
747 sobrevivência. Destacou ainda que não existe pesquisa sobre a situação da população de rua
748 e sobre os que os corpos femininos sofrem na rua. Por fim, enfatizou que é responsabilidade
749 da sociedade cuidar do outro e é dever de todos lutar para dar visibilidade a essas mulheres,
750 assegurando que sejam detentoras de direitos, com definição de políticas públicas específicas
751 para esse grupo. A terceira palestrante foi a representante do Movimento de Travesti e
752 Transsexuais do DF- ANAV-Trans, **Ludymilla Santiago**, que abordou os preconceitos e as
753 agressões sofridas por todas as mulheres e a necessidade de visibilidade à mulher transexual.
754 Começou agradecendo a oportunidade e suscitando a reflexão com as seguintes perguntas:
755 que sociedade é essa que não se preocupa com os diversos grupos? Como as preocupações
756 repercutem? Que tipo de ser humano se quer no futuro? Diante do extermínio de grupos da
757 população, o que está sendo feito para enfrentar essa situação? Que comunidade se quer
758 construir? Explicou que os três segmentos de mulheres representados na mesa são diversos,
759 em que pese as dores serem comuns, e as políticas públicas atuais não dão conta de atender
760 as vulnerabilidades e as diversidades dessas mulheres. Disse que é preciso mudar a lógica do
761 pensamento predominante da sociedade, com valorização ancestralidade e, para tanto, é
762 preciso ter acesso a informações sobre a origem do povo brasileiro. Desse modo, lamentou
763 que o novo ensino médio não contemple temas essenciais como história originária do povo
764 brasileiro. Para entender as particularidades da mulher brasileira, lembrou que a expectativa
765 de vida de uma mulher trans é 36 anos e a expectativa da população geral é 76 anos. Afirmou
766 que as mulheres, em especial aquelas consideradas "à margem da sociedade", sofrem
767 diversos preconceitos e agressões como reflexo de uma sociedade patriarcal, machista e
768 misógina. Portanto, afirmou que cada segmento da sociedade precisa entender o seu papel
769 para que essa estrutura maléfica mude. Além disso, as mulheres precisam unir-se, envolvendo
770 sentimento de irmandade, empatia, solidariedade e companheirismo, reforçando a ideia de que
771 ficam mais fortes quando se unem ("sororidade"). Lembrou que a pandemia da COVID-19
772 trouxe à tona as vulnerabilidades de segmentos da sociedade brasileira e agora é preciso
773 avaliar os agravos decorrentes dessa situação e identificar a população mais atingida.
774 Destacou a importância do CNS espaço de diálogo, de construção e de definição de propostas
775 que contribuem com a defesa das causas de vários segmentos em situação de vulnerabilidade.

776 Todavia, destacou que esse debate deve ir para fora deste espaço de construção e
777 deliberação, de modo a chegar aos territórios e outros espaços. Por fim, enfatizou que é
778 preciso garantir condições para que as mulheres, na sua diversidade, desenvolvam-se, com
779 liberdade e autonomia. Finalizadas as falas das convidadas, conselheira **Francisca Valda da**
780 **Silva** agradeceu as explanações e frisou que é preciso transformar a indignação em atos
781 capazes de mudar a situação da sociedade. **Manifestações.** Conselheira **Heliana Neves**
782 **Hemetério dos Santos** chamou a atenção para a riqueza da mesa que trouxe relatos sobre
783 diferentes formas de exclusão da sociedade, constituída por ideais machistas, de branquitude,
784 sisgeneridade, entre outros tipos de preconceito. Nas suas palavras, é preciso reverberar
785 essas falas com vistas a mudar a sociedade, com abordagem dos diversos tipos de
786 preconceitos e esforço coletivo diário para mudar. Conselheira **Altamira Simões dos Santos**
787 **de Sousa** saudou as expositoras e frisou que a comoção diante das falas das convidadas deve
788 ter incidência na ponta, tonando-se ações concretas. Afirmou que as mulheres, nas suas
789 diversidades, estão expostas a diversos tipos de violência, mas determinados grupos
790 feministas estão em constante violação de direitos. Disse que é preciso ser radical na defesa
791 das mulheridades nos espaços onde residem e atuam e que a defesa dessas pautas deve ser
792 de todas. Conselheiro **José Ramix de Melo Pontes Junior** fez uma saudação especial às
793 expositoras e afirmou que o CNS possui um importante papel diante das questões colocadas
794 nas representativas falas das convidadas. Salientou que o Conselho precisa dar visibilidade às
795 mulheres plurais e protagonistas e colocou a Comissão Intersetorial de Promoção da Equidade
796 - CIPE/CNS como espaço de defesa da diversidade. Por fim, citando Paulo Freire, disse que é
797 importante diminuir a distância entre o que se faz e o que se fala. Conselheiro **José Vanilson**
798 **Torres da Silva** cumprimentou as expositoras pela coragem, especialmente a representante
799 das pessoas em situação de rua, por relatar situações de violência que vivenciou e, com isso,
800 reviver a dor. Lembrou que as pessoas em situação de rua não escolheram viver assim, mas
801 foram colocadas nessa situação por conta de um processo de histórico de discriminação
802 (aporofobia). Finalizou resgatando a memória da líder do movimento da população em situação
803 de rua, Maria Lúcia Santos, e sua fala “só as lutas mudarão as vidas”. Conselheira **Elaine**
804 **Junger Pelaez** também cumprimentou as convidadas pelas falas impactantes, demonstrando
805 que a sociedade está muito longe da defesa da liberdade como valor ético central. Destacou
806 que a branquitude se coloca como um “privilegio” no contexto do capitalismo, do racismo, do
807 patriarcado, do proibicionismo que interrompem vidas e trajetórias, portanto, é preciso enfrentar
808 coletivamente a reprodução das violências contra diversos povos. Nessa linha, conclamou
809 todos a continuar a luta contra a permanência das comunidades terapêuticas, espaço de
810 proibicionismo voltado a pessoas em situação de vulnerabilidade - pobres, população negra,
811 em situação de rua, entre outros - e pela extinção do departamento, recém criado, de apoio a
812 esses locais. Conselheira **Rafaela Bezerra Fernandes** agradeceu as falas, pois contribuem
813 para construção de consciência da realidade de segmento diferente e demonstram a violência
814 promovida pelo Estado, que deveria ser o provedor da segurança. Colocou o CNS, bem como
815 a ABEPSS, entidade que representa neste Conselho, como aliados na luta para mudar essa
816 “sociedade adoecida”, combatendo a pobreza e a miséria, enfrentando a intolerância e
817 defendendo a convivência da diversidade. Conselheira **Shirley Marshal Díaz Morales**,
818 coordenadora da CISMU/CNS, destacou a relevância dessa pauta e agradeceu as expositoras
819 pela abordagem de histórias de dores, mas também de superação. Enfatizou que lutar pelos
820 direitos das mulheres significa lutar pelo Brasil como um todo, entendendo que o combate às
821 violências deve ser uma luta coletiva de todas as pessoas. Como encaminhamento, sugeriu a
822 aprovação de recomendação voltada ao fortalecimento desta agenda política, envolvendo os
823 Ministérios das Mulheres, da Justiça, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Educação.
824 Conselheira **Thereza de Lamare Franco Netto** saudou as integrantes da mesa e as
825 coordenadoras da CISMU/CNS pela pauta. Recordou que esteve na coordenação da
826 CISMU/CNS no ano anterior e, naquela época foi realizado o 3º Seminário de Saúde da
827 Mulher, com debate de muitas das questões colocadas pelas expositoras e pelo Plenário.
828 Concordou que também é preciso envolver o Ministério de Direitos Humanos no debate e
829 estimular a criação de comissões de saúde das mulheres nos Conselhos Estaduais e
830 Municipais de Saúde para incentivar as discussões e mudar a situação nos territórios.
831 Conselheira **Maria Thereza Almeida Antunes** também agradeceu as convidadas pela luta em
832 defesa das mulheres e sugeriu a inclusão do Ministério de Desenvolvimento Social e dos
833 Direitos Humanos no debate desta temática. Por fim, perguntou se há dados relativos a
834 pessoas com síndrome de Down de origem romani e que vivem em situação de rua.
835 Conselheiro **Eduardo Maércio Fróes** também agradeceu as convidadas pelas explanações e

836 enfatizou que os homens precisam assumir a luta das mulheres para fazer avançar essa pauta.
837 Falou sobre as dificuldades enfrentadas pelas mães “solos” (11 milhões, 61% negras e 63% na
838 linha da pobreza) em conseguir diagnóstico e tratamento de câncer em tempo hábil e acessar
839 as ações e serviços de saúde. **Retorno da mesa.** A representante do Movimento de Travesti e
840 Transsexuais do DF - ANAV-Trans, **Ludymilla Santiago**, destacou que é difícil pensar em
841 especificidades de mulheres trans, quando a maior preocupação desse segmento é sobreviver
842 às diversas violências às quais são submetidas. Recordou que a política pública é construída
843 por pessoas, portanto, é preciso mudar atitudes, incorporando os diversos tipos de mulheres
844 para reverter situações de violência e mudar a realidade da sociedade. A Coordenadora do
845 Movimento de População de Rua do DF, **Joana D’arc Bazílio da Cruz**, ressaltou que todas as
846 pessoas precisam fazer uma autoanálise, avaliando o que oferece ao outro e analisando se as
847 ações estão de acordo com o discurso. Destacou que é preciso mudar conceitos,
848 transformando palavras em ações concretas, a fim de garantir um futuro melhor para as
849 próximas gerações. A Presidenta da AMSK/Brasil, **Elisa Costa**, recuperando a fala da líder do
850 movimento das pessoas em situação de rua, Maria Lúcia, lembrou que a rua acolhe todas as
851 pessoas. Respondeu que não há pesquisa sobre pessoas ciganas com deficiência, mas este é
852 um tema importante para o debate, pois o casamento sanguíneo ainda acontece. Também
853 informou que estava em diálogo com a Pestalozzi de Canoas sobre essa questão. Para
854 reflexão, perguntou que mulher cabe no “todas”, pois, na prática, muitos segmentos de
855 mulheres, estão de fora. Por fim, agradeceu a coordenadora do Movimento de População de
856 Rua do DF, Joana D’arc Bazílio da Cruz, pela fala que destampou a “hipocrisia permitida”.
857 Conselheira **Francisca Valda da Silva**, da Mesa Diretora do CNS, agradeceu novamente as
858 convidadas pelas exposições, pois suscitaram debate para mudança interior com vistas à
859 superação da cultura da discriminação, do ódio, do preconceito. Conselheira **Ana Lúcia da**
860 **Silva Marçal**, da Mesa Diretora do CNS, sintetizou os encaminhamentos oriundos do debate e
861 colocou em apreciação. **Deliberação: o Plenário do CNS decidiu: 1) realizar seminário**
862 **transversal para debater os direitos das mulheres, na lógica de fortalecimento desta**
863 **agenda política, envolvendo os Ministérios das Mulheres, da Justiça, da Cidadania, dos**
864 **Direitos Humanos e da Educação (a CISMU/CNS deverá preparar uma proposta a ser**
865 **apresentada ao Pleno do Conselho, para deliberação); e 2) estimular a criação de**
866 **comissões de saúde das mulheres nos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde e**
867 **incentivar o debate do tema nas etapas preparatórias da 17ª Conferência Nacional de**
868 **Saúde.** Finalizando esta mesa, a coordenação agradeceu a luta permanente contra a violência
869 contra as mulheres. **ITEM 5 – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO 9º SIMPÓSIO**
870 **NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - Apresentação:**
871 conselheira **Silvana Nair Leite Contezini**, coordenadora geral do Instituto Escola Nacional dos
872 Farmacêuticos – ENFar e integrante da Comissão Executiva do Integra. **Coordenação:**
873 conselheira **Francisca Valda da Silva**, da Mesa Diretora do CNS; e conselheiro **Neilton**
874 **Araújo de Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS. Neste ponto, a coordenadora geral do ENFar,
875 **Silvana Nair Leite Contezini**, fez uma apresentação sobre o Projeto Integra - Integração das
876 Políticas de Vigilância em Saúde, Assistência Farmacêutica, Ciência, Tecnologia e Inovação
877 em Saúde, iniciado em 2021, promovido pelo CNS, Fiocruz e Escola Nacional dos
878 Farmacêuticos - ENFar, com apoio da Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS/OMS e
879 os resultados do 9º Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Assistência Farmacêutica,
880 uma das etapas do Projeto Integra. Começou detalhando os desafios do Projeto Integra
881 Integração das Políticas de Vigilância em Saúde, Assistência Farmacêutica, Ciência,
882 Tecnologia e Inovação em Saúde: superar a fragmentação do conhecimento e da prática
883 envolvendo a população que vivencia o problema na busca de soluções compartilhadas;
884 realizar o debate integrando a área da saúde: ciência, tecnologia, assistência farmacêutica e
885 vigilância em saúde, com mobilização social e a formação de lideranças nas políticas públicas
886 de saúde que com ela se relacionam intrinsecamente; contribuir para o fortalecimento e
887 integração das políticas e práticas de saúde em diferentes setores da sociedade (movimentos
888 sociais, controle social e profissionais de saúde); e construir proposições e ações políticas nas
889 em todos os setores envolvidos. Disse que o Projeto é composto por quatro fases: Fase 1 -
890 Formação de lideranças – 2021 – desenvolvimento de competência. Metodologia de formação
891 e intervenção; Fase 2 – 2022 - Sensibilizar e engajar a sociedade e instituições – seminários
892 ampliados e encontros regionais; Fase 3 – consolidar propostas – realização do 9º Simpósio
893 Nacional; e Foi reproduzido vídeo sobre o Simpósio, com diversos depoimentos, inclusive de
894 conselheiros nacionais de saúde ; e Fase 4 – Promover ação política – publicação de
895 documentos, audiências, - ampliar apoio institucional. Seguindo, detalhou cada uma dessas

896 fases. Fase 1 - Formação de lideranças. Plataforma e-farma Curso EaD com tutoria 8
897 semanas/40 horas - Atividades síncronas e casos disparadores. Projeto de intervenção local.
898 Fase 2 - Encontros Regionais – objetivos: identificar problemas em cada região, proposição de
899 ações imediatas e planejamento de futuro, criação de redes colaborativas regionais e guiar a
900 ação política dos movimentos sociais, profissionais de saúde, gestores. Fase 3 - 9º Simpósio
901 Nacional de Ciência, Tecnologia e Assistência Farmacêutica, realizado nos dias 15 e 16 de
902 setembro de 2022, que visou aprofundar o debate sobre o panorama das políticas de saúde e
903 do desenvolvimento tecnológico buscando construir, coletivamente, uma proposta de agenda
904 de ações e metas intersetoriais para a próxima década. Além de uma das etapas do Projeto
905 Integra, o simpósio é também uma etapa preparatória para a 17ª Conferência Nacional de
906 Saúde. Neste ponto, foi reproduzido vídeo sobre o 9º Simpósio, com diversos depoimentos,
907 inclusive de conselheiros nacionais de saúde que participaram das atividades. Como resultado,
908 foi elaborada Carta do 9º Simpósio Nacional, com propostas nessa área. A atividade contou
909 com oito Grupos de Trabalho: GT 1 – Desabastecimento de medicamentos e soberania
910 sanitária; GT 2 – Propriedade intelectual e acesso a tecnologias; GT 3 – Doenças emergentes
911 e reemergentes (equidade); GT 4 – Serviços Farmacêuticos baseados em necessidades
912 sociais; GT 5 – Pesquisa baseada em necessidades sociais; GT 6 – Formação para a
913 integração das políticas; GT 7 – Dados, tecnologias de informação e intervenção na saúde; e
914 GT 8 – Tecnologias do suporte diagnóstico em saúde. As propostas foram construídas
915 livremente por todos os participantes e o conjunto dos resultados foi compilado no Livro
916 “Políticas Públicas Integradas para fortalecer o SUS”, que será lançado no dia 18 de abril de
917 2023, na Conferência Livre “Acesso a Medicamentos em Defesa da Vida”, que ocorrerá em
918 Brasília. Para cada um dos oito temas, foi produzido capítulo de proposições. Para ilustrar,
919 apresentou o modelo de apresentação do capítulo “Desabastecimento de medicamentos” –
920 objetivo geral: definir estratégias e políticas públicas que garantam o medicamento como direito
921 humano. Objetivos específicos: a) Fortalecimento do Complexo Econômico Industrial da Saúde
922 – sete propostas de ação: reestruturar a Política de Desenvolvimento do Complexo Econômico
923 Industrial da Saúde no segmento dos Laboratórios Oficiais, considerando uma agenda de
924 necessidades em Saúde do país; b) fortalecer as ações e serviços de saúde, na perspectiva da
925 saúde como direito – quatro propostas - implementar um sistema informatizado único da gestão
926 da informação, unificado com todos os entes, com controle do estoque de medicamentos,
927 evitando o desperdício e demais informações necessárias para a gestão da assistência
928 farmacêutica; e c) garantir um financiamento justo e adequado às necessidades de saúde –
929 uma proposta: revogar a Emenda Constitucional - EC nº 95/2016, restituindo os recursos para
930 o Sistema Único de Saúde, instituindo um novo projeto político nacional que priorize a vida e
931 respeite a sociedade. Sobre a Conferência Livre “Acesso a Medicamentos em Defesa da Vida”,
932 disse que foram mais de quatrocentos inscritos para a participação presencial (inscrições foram
933 encerradas), mas ainda é possível inscrever-se para participação remota. Disse que alguns
934 Estados realizarão etapas preparatórias para a conferência livre e os inscritos poderão enviar
935 propostas até o dia 14 de abril. Por fim, destacou as próximas atividades: gravação de *podcast*
936 sobre os oito temas; e realização de cinco audiências públicas antes da 17ª Conferência
937 Nacional de Saúde. Finalizada a apresentação, houve breves falas, reconhecendo a
938 importância do Projeto Integra e a riqueza do 9º Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e
939 Assistência Farmacêutica. Entre outros aspectos, a atividade mostrou que ciência e tecnologia
940 é um tema para todas as pessoas e deve ser voltada à defesa da vida e ao fortalecimento do
941 SUS. **Não houve deliberação. Para conhecimento.** Definido esse ponto, a mesa encerrou o
942 primeiro dia de reunião. Estiveram presentes os seguintes conselheiros e conselheiras na tarde
943 do primeiro dia: *Titulares* - **Alex Gomes da Motta**, Pastoral da Saúde Nacional; **Ana Lúcia da**
944 **Silva Marçal Paduello**, Associação Brasileira Superando o Lúpus, Doenças Reumáticas e
945 Doenças Raras – SUPERANDO; **Clóvis Alberto Pereira**, Organização Nacional de Cegos do
946 Brasil (ONCB); **Débora Raymundo Melecchi**, Federação Nacional dos Farmacêuticos –
947 FENAFAR; **Elaine Junger Pelaez**, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); **Fernanda**
948 **Lou Sans Magano**, Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; **Fernando Zasso**
949 **Pigatto**, Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM; **Francisca Valda**
950 **da Silva**, Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn; **Helena Ferreira Magalhães**, União
951 Brasileira de Mulheres (UBM); **Heliana Neves Hemetério dos Santos**, Rede Nacional de
952 Lésbicas Bissexuais Negras Feministas (REDE CANDACES BR); **José Ramix de Melo**
953 **Pontes Junior**, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras
954 Familiares (CONTAG); **José Vanilson Torres da Silva**, Movimento Nacional População de
955 Rua (MNPR); **Rafaela Bezerra Fernandes**, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em

956 Serviço Social (ABEPSS); **Maria Thereza Almeida Antunes**, Federação Brasileira das
957 Associações de Síndrome de Down (FBASD); **Marisa Helena Alves**, Conselho Federal de
958 Psicologia (CFP); **Mauri Bezerra dos Santos Filho**, Confederação Nacional dos
959 Trabalhadores em Seguridade Social da CUT (CNTSS); **Maurício Cavalcante Filizola**,
960 Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); **Myrian Coelho**
961 **Cunha da Cruz**, Conselho Federal de Nutricionistas (CFN); **Neilton Araújo de Oliveira**,
962 Ministério da Saúde (MS); **Patrícia Gonçalves Soares**, Movimento de Reintegração das
963 Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN); **Priscila Torres da Silva**, Biored Brasil;
964 **Shirley Marshal Díaz Morales**, Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE); **Sueli Terezinha**
965 **Goi Barrios**, Associação Brasileira da Rede Unida (REDEUNIDA); **Vânia Lúcia Ferreira Leite**,
966 Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); e **Walquiria Cristina Batista Alves**
967 **Barbosa**, Associação Brasileira de Alzheimer e Doenças Similares (ABRAZ). *Suplentes* –
968 **Altamira Simões dos Santos de Sousa**, Rede Nacional Lai Lai Apejo - Saúde da População
969 Negra e AIDS; **Cleonice Caetano Souza**, União Geral dos Trabalhadores (UGT); **Edna Maria**
970 **dos Anjos Mota**, Conselho Federal de Enfermagem (COFEN); **Eduardo Márcio Frões**,
971 Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (ABRALE); **Eliane Maria Nogueira de Paiva**,
972 Sindicato dos Servidores do Sistema Nacional de Auditoria do SUS (UNASUS SINDICAL);
973 **Haroldo Jorge de Carvalho Pontes**, Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS);
974 **João Alves do Nascimento**, Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV; **Helena**
975 **Modesto Xavier**, Associação de Diabetes Juvenil (ADJ); **Luiz Aníbal Vieira Machado**, Nova
976 Central Sindical de Trabalhadores – NCST; **Marta Carmelita Bezerra de Almeida**, Articulação
977 Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde – ANEPS; **Renata Soares**
978 **de Souza**, Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas (MNCP); **Renato de Jesus Padilha**,
979 Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil (FENAPAR); **Rildo Mendes**,
980 Articulação dos Povos Indígenas Região Sul (ARPIN-SUL); **Thereza de Lamare Franco Netto**,
981 Confederação das Mulheres do Brasil (CMB); **Valcler Rangel Fernandes**, Ministério da Saúde
982 – MS; **Veridiana Ribeiro da Silva**, Conselho Federal de Farmácia – CFF; e **Walter Bernardo**
983 **Ribeiro**, Central Única dos Trabalhadores (CUT). O segundo dia de reunião iniciou-se às 9h10,
984 com composição da mesa para o item 6 da pauta. **ITEM 6 – 17ª CONFERÊNCIA NACIONAL**
985 **DE SAÚDE – Informes** - *Composição da mesa*: conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**,
986 Presidente do CNS; e **Ana Carolina Dantas Souza**, Secretária Executiva do CNS. Neste
987 ponto, houve informe sobre o processo preparatório da etapa nacional da 17ª Conferência
988 Nacional de Saúde e as conferências livres realizadas e previstas. Iniciando, a Secretária
989 Executiva do CNS informou sobre o processo de contratação de serviços para a etapa
990 nacional: local – está em curso processo para contratação do Centro Internacional de
991 Convenções do Brasil - CICB; e dois processos em curso para contratação de local para
992 hospedagem (encontra-se na consultoria do Ministério da Saúde e a previsão é publicar o
993 edital no final de abril) e serviços gerais. Destacou que estava trabalhando em conjunto com o
994 Ministério da Saúde para otimizar o processo de contratação e garantir a realização da etapa
995 nacional conforme planejado. O Presidente do CNS fez uma explanação sobre o processo
996 preparatório da 17ª Conferência. Explicou que foi divulgado documento “Critérios para as
997 Atividades Autogestionadas durante a etapa nacional da 17ª CNS”, disponível no site do
998 Conselho. As inscrições das atividades autogestionadas deverão ser feitas até o dia 26 de
999 maio de 2023, com formulário eletrônico disponível em:
1000 [https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSebrp2YOGneKNX2Wx6rLEBI1Wq0tPI3lrY_vaq-](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSebrp2YOGneKNX2Wx6rLEBI1Wq0tPI3lrY_vaq-K0x9Unrlbw/viewform)
1001 [K0x9Unrlbw/viewform](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSebrp2YOGneKNX2Wx6rLEBI1Wq0tPI3lrY_vaq-K0x9Unrlbw/viewform). Também disse que foi atualizado Documento “Orientações para as
1002 Conferências Livres Nacionais”, com inclusão de novo item: “Existe limite de caracteres para a
1003 formulação de diretrizes e propostas? Sim. A Comissão organizadora da 17ª CNS aprovou, em
1004 sua 9ª reunião, realizada em 5 de abril de 2023, o limite de caracteres para a formulação de
1005 diretrizes e propostas a serem enviadas para a Etapa Nacional: Diretriz – até 600 (seiscentos)
1006 caracteres. Proposta – até 1.000 (mil) caracteres. Além disso, foi ampliado o prazo para
1007 informar sobre a realização da conferência livre nacional: até 10 de maio de 2023. Essas
1008 conferências poderão ser realizadas até 30 de maio de 2023. A 3ª Edição do Documento, de 10
1009 de abril de 2023, estava disponível no site do Conselho. Detalhou as 33 Conferências Livres
1010 Nacionais Informadas ao CNS até 12 de abril de 2023. De 2022 a março de 2023: Conferência
1011 Livre, Democrática e Popular de Saúde - Frente Pela Vida (05/08/2022) - Presencial - São
1012 Paulo (SP); Conferência Livre Nacional de Saúde Pública Veterinária - Conselho Federal de
1013 Medicina Veterinária (10/11/2022) – Híbrido - São Paulo (SP); Conferência Nacional Livre de
1014 Juventudes e Saúde - União Nacional dos Estudantes – UNE (03 e 04/02/2023) – Presencial -
1015 Rio de Janeiro (RJ); Conferência Livre dos Povos Tradicionais de Matriz Africana Garantir

1016 Direitos e Defender o SUS: O Brasil que temos. O Brasil que queremos - FONSANPOTMA –
1017 Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz
1018 Africana (20/03/2023) – Presencial - Brasília (DF); Maconha: da Legalização, ao Acesso e
1019 Descriminalização - ABGLT- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis,
1020 Transexuais e Intersex (23/03/2023) – Híbrido - São Paulo (SP); Drogas: raça classe, gênero e
1021 diversidade- legalização é redução de danos – (24/03/2023) – Híbrido - São Paulo (SP); e O
1022 que você deveria saber sobre pesquisa e câncer: desafios e oportunidades - Instituto Projeto
1023 Cura (31/03/2023) – Híbrido - São Paulo. Realizadas ou a realizar em abril de 2023:
1024 Conferência Livre, Democrática e Popular de Saúde das Trabalhadoras, Trabalhadores,
1025 Estudantes, Usuárias e Usuários da Fiocruz - saúde em todas as políticas públicas - ASFOC-
1026 SN (03/04/2023) – Híbrido - Rio de Janeiro (RJ); Conferência Livre por uma Política Nacional
1027 de Homeopatia no SUS - Comissão de Saúde Pública da Associação Médica Homeopática
1028 (AMHB) e outras entidades (12/04/2023) – Híbrido - São Paulo; “Amanhã vai ser outro dia” –
1029 Garantir direitos, defender o SUS e a democracia! - Frente Nacional Contra a Privatização da
1030 Saúde (15/04/2023) – Virtual; Acesso a medicamentos em defesa da vida - Federação
1031 Nacional dos Farmacêuticos e outras organizações (18/04/2023) - Híbrido - Brasília (DF);
1032 Conferência Livre em Saúde da Juventude do Campo, da Floresta e das Águas: Semeando
1033 Resistência e Cultivando um Mundo Novo – CONTAG (25 e 26/04/2023) – Presencial - Brasília
1034 (DF); Conferência Feminista Livre Nacional de Saúde – a informar (25/04/2023) – Virtual;
1035 Maconha Medicinal: Desafios e Perspectivas no Cenário Brasileiro – ABGLT (26/04/2023) –
1036 Híbrido - Brasília (DF); e Conferência Livre Nacional “Amanhã vai ser outro dia: SUS e o
1037 compromisso ético com a saúde das pessoas com deficiência” – na ENSP/Fiocruz (29/04/2023)
1038 – Híbrido - Rio de Janeiro (RJ). A realizar em maio de 2023: Pela Recuperação das Altas
1039 Coberturas Vacinais - Rede Fiocruz (05/05/2023) – Híbrido - Rio de Janeiro (RJ); Conferência
1040 Livre Nacional sobre Demências: Saúde como Direito, Demência como prioridade - ABRAZ –
1041 Associação Brasileira de Alzheimer e Condições Relacionadas (06/05/2023) – Virtual;
1042 Conferência Livre Democrática e Popular de Saúde Bucal - Associação Brasileira de Saúde
1043 Bucal Coletiva e outras organizações (10/05/2023) – Virtual; Conferência Livre Nacional de
1044 Educação Popular em Saúde - Grupo de Trabalho de Educação Popular em Saúde da
1045 ABRASCO e outras organizações (12 e 13/05/2023) – Presencial - Brasília (DF); Conferência
1046 Nacional Livre de Saúde da População Negra - Rede Lai Lai Apejo e outras organizações
1047 (13/05/2023) - Virtual; 1ª Conferência Livre Nacional de Gestão Interfederativa e Participativa:
1048 caminhos e desafios na defesa do SUS - Departamento de Gestão Interfederativa e
1049 Participativa - DGIP/SE/MS (16 e 17/05/2023) – Híbrido - Brasília (DF); Fortalecendo o controle
1050 e a participação social no âmbito do SUS: A Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora como
1051 um campo de articulação das políticas em saúde no território - Associação Brasileira de Saúde
1052 do Trabalhador e Trabalhadora ABRASTT (16/05/2023) – Virtual; Trabalho Social da
1053 Enfermagem e o Bem Viver. Amanhã será outro dia! - ABEn Nacional (16/05/2023) – Híbrido -
1054 Brasília (DF); Vigilância em Saúde e Ambiente e 20 anos da SVSA – “O papel da vigilância
1055 como instrumento de saúde e democracia no Brasil - Amanhã vai ser outro dia” - Secretaria de
1056 Vigilância em Saúde e Ambiente/MS (17/05/2023) – Híbrido - Brasília (DF); Conferência Livre
1057 Nacional de Promoção da Saúde, Determinantes Sociais e Equidade - SAPS/DEPPROS/MS e
1058 outras organizações (17 a 19/05/2023) - Presencial (com transmissão online) - Brasília (DF);
1059 Conferência Livre, Democrática e Popular de Saúde das Trabalhadoras, Trabalhadores,
1060 Estudantes, Usuárias e Usuários da Fiocruz - Saúde em Todas as Políticas Públicas - ASFOC-
1061 SN (19/05/2023) – Híbrido - Rio de Janeiro (RJ); Conferência Nacional Livre de Saúde das
1062 Populações Migrantes - Frente Nacional pela Saúde de Migrantes (20/05/2023) – Virtual; I
1063 Conferência Livre Nacional da Saúde da CONAM Brasil - “Garantir Direitos e Defender o SUS,
1064 a Vida e a Democracia – Amanhã vai ser outro dia” - Conam Brasil (20/05/2023) – Híbrido -
1065 Paragominas (PA); I Conferência Livre de Hanseníase - MILTON OZÓRIO MORAES - “Garantir
1066 Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia – Amanhã vai ser outro dia” - MORHAN
1067 Nacional (23/05/2023) – Híbrido - Teresina (PI); “Saúde das Mulheres Quilombolas” o papel do
1068 controle social e dos movimentos sociais para salvar vidas - Rede Elas Negras Conexões
1069 (26/05/2023) – Híbrido; Democracia, SUS e Mulheres: os desafios para a garantia dos direitos
1070 humanos - União Brasileira de Mulheres - UBM e outras organizações (28/05/2023) - Híbrido -
1071 Rio de Janeiro (RJ); e O Brasil que temos. O Brasil que queremos: SUS e a garantia da saúde
1072 ocular! - Retina Brasil (Formato e data a confirmar) – Virtual; Trabalho Social da Enfermagem e
1073 o Bem Viver. Amanhã será outro dia! - ABEn Nacional (16/05/2023) – Híbrido - Brasília (DF);
1074 Vigilância em Saúde e Ambiente e 20 anos da SVSA – “O papel da vigilância como instrumento
1075 de saúde e democracia no Brasil - Amanhã vai ser outro dia” - Secretaria de Vigilância em

1076 Saúde e Ambiente/MS (17/05/2023) – Híbrido - Brasília (DF); Conferência Livre Nacional de
1077 Promoção da Saúde, Determinantes Sociais e Equidade - SAPS/DEPPROS/MS e outras
1078 organizações (17 a 19/05/2023) - Presencial (com transmissão online) - Brasília (DF);
1079 Conferência Livre, Democrática e Popular de Saúde das Trabalhadoras, Trabalhadores,
1080 Estudantes, Usuárias e Usuários da Fiocruz - Saúde em Todas as Políticas Públicas - ASFOC-
1081 SN (19/05/2023) – Híbrido - Rio de Janeiro (RJ); Conferência Nacional Livre de Saúde das
1082 Populações Migrantes - Frente Nacional pela Saúde de Migrantes (20/05/2023) – Virtual; e I
1083 Conferência Livre Nacional da Saúde da CONAM Brasil - “Garantir Direitos e Defender o SUS,
1084 a Vida e a Democracia – Amanhã vai ser outro dia” - Conam Brasil (20/05/2023) – Híbrido -
1085 Paragominas (PA). Na sequência, foi aberta a palavra para manifestação do Pleno.
1086 Conselheira **Walquiria Cristina Batista Alves Barbosa** explicou que a ABRAz, entidade
1087 presente em todos os Estados, realizará conferência livre, mas está com dificuldade em
1088 relação à plataforma de transmissão. Assim, perguntou se é possível fazer a abertura e a
1089 palestra pelo youtube da Abraz e abrir salas virtuais para eleger os participantes e aprovar as
1090 propostas nos grupo. Conselheiro **Luiz Aníbal Vieira Machado** relatou sua participação nas
1091 conferências preparatórias do seu Estado e salientou que é preciso garantir que as questões
1092 colocadas nessas etapas cheguem à etapa nacional a fim de serem respondidas. Conselheira
1093 **Edna Maria dos Anjos Mota** interveio para registrar que o Estado de Rondônia, após amplo
1094 esforço, realizou 100% das conferências municipais. Conselheiro **Haroldo de Carvalho**
1095 **Pontes** sugeriu o resgate da publicação “Lutas sociais e construção do SUS”, de João Palma,
1096 ex-secretário executivo do CNS, que detalha a participação de caravanas da zona leste de São
1097 Paulo na 8ª Conferência Nacional de Saúde, como subsídio para os debates das etapas
1098 preparatórias da 17ª Conferência e também como resgate da história do Conselho. Conselheiro
1099 **Clóvis Alberto Pereira** enfatizou a importância das conferências livres para ampliar o debate e
1100 fez um destaque à Conferência Livre das Pessoas com Deficiência que ocorrerá no dia 29 de
1101 abril de 2023. Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** reconheceu a importância das
1102 conferências livres na ampliação e aprofundamento dos debates e conclamou todos os
1103 integrantes do Conselho a mobilizar outros segmentos a realizarem conferências livres.
1104 Conselheira **Elaine Junger Pelaez** manifestou satisfação com a perspectiva de ampliar a
1105 participação social e popular nos debates da Conferência e informou a publicação de chamada
1106 pública para monitores de pesquisa atuarem na 17ª Conferência Nacional de Saúde. A
1107 chamada é voltada para seleção de estudantes de graduação e pós-graduação em caráter
1108 voluntário, no período de 2 a 5 de julho de 2023, em Brasília-DF. Os interessados devem
1109 preencher o formulário online disponível no site do CNS até o dia 30 de abril. Conselheira **Sueli**
1110 **Terezinha Goi Barrios** manifestou seu entusiasmo com a realização das etapas preparatórias
1111 e anteriores da 17ª Conferência e enfatizou que o FENTAS tem mobilizado as entidades a
1112 realizarem conferências livres. Também convidou para participar da Conferência Livre
1113 “Valorizar o SUS é valorizar a força de trabalho do SUS”, que será realizada pelo FENTAS nos
1114 dias 19 e 20 de maio de 2023. **Retorno da mesa.** O Presidente do CNS pontuou os seguintes
1115 aspectos: o método de realização das conferências livres é definido pela organização da
1116 conferência livre, mas é preciso informar o CNS sobre a realização, para divulgação no site e
1117 acompanhamento; os interessados em participar como monitores de pesquisa na 17ª
1118 Conferência Nacional de Saúde devem preencher o formulário online disponível no site do CNS
1119 até o dia 30 de abril; está prevista abertura popular da etapa nacional no dia 3 de julho de
1120 2023, na Esplanada dos Ministérios; o calendário das etapas da 17ª Conferência está mantido
1121 inclusive para possibilitar contribuições para os próximos Plano Nacional de Saúde e Plano
1122 Plurianual; e a comissão organizadora da 17ª Conferência Nacional de Saúde participará das
1123 etapas estaduais que se iniciam no mês de abril. Conselheira Ana Lúcia Silva Marçal
1124 Padduello, representante da comissão de comunicação da 17ª Conferência, convidou os
1125 presentes e os internautas a participarem da campanha “Amanhã vai ser outro dia, por quê?”,
1126 com de vídeo começando com a frase “Amanhã vai ser outro dia porque...” para postar nas
1127 redes sociais das entidades e/ou envio de uma foto e uma frase com a resposta
1128 para comunicacns@gmail.com para produção de card. Feito esse informe, a mesa encerrou a
1129 discussão deste ponto de pauta. **Não houve deliberação.** A seguir, a Secretária Executiva do
1130 CNS, **Ana Carolina Dantas**, seguindo o Edital CNS nº. 1, publicado em 12 de abril de 2023,
1131 que dispõe sobre a eleição de um integrante da Mesa Diretora do CNS para o triênio 2021-204,
1132 art. 4º, anunciou os candidatos inscritos para participar do processo: conselheira **Heliana**
1133 **Neves Hemetério dos Santos**, representante da Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais
1134 Negras Feministas – Candaces; e conselheiro **Luiz Carlos Medeiros de Paula**, Federação
1135 Nacional de Associações de Diabético – FENAD. A eleição ocorrerá no dia 13 de abril, das

1136 13h30 às 14h, em item específico da pauta. Na sequência, a mesa registrou a presença do
1137 deputado Valdeci Oliveira, ex-presidente da Assembleia Legislativa do RS. **ITEM 7 –**
1138 **COMISSÃO INTERSETORIAL DE ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO - COFIN - Plano**
1139 **Nacional de Saúde 2020-2023 - Apresentação:** conselheiro **André Luiz de Oliveira**,
1140 coordenador da Comissão Intersetorial de Orçamento e Financiamento – COFIN/CNS.
1141 *Coordenação:* conselheira **Ana Lúcia da Silva Marçal Paduello**, da Mesa Diretora do CNS; e
1142 conselheiro **Jurandi Frutuoso Silva**, da Mesa Diretora do CNS. Conselheiro **André Luiz de**
1143 **Oliveira**, coordenador da COFIN/CNS, explicou que neste ponto de pauta estava prevista a
1144 apreciação do Plano Nacional de Saúde 2020-2023, mas a proposta da Comissão é retirar este
1145 item, pois surgiu a possibilidade de inclusão de indicadores e metas no Plano (proposta adenda
1146 à última). Fez um resgate histórico sobre o debate do PNS no âmbito do Conselho, para
1147 contribuir no posicionamento deste Colegiado. O PNS estrutura-se a partir do Plano Plurianual.
1148 No primeiro ano de governo, o Plano é debatido e ajustado, a fim de vigorar a partir do
1149 segundo ano do governo e, às vezes, são necessárias correções. Em 2019, houve diminuição
1150 das diretrizes do PNS (de catorze para seis) e, após a sinalização do Conselho de ausência de
1151 políticas estratégicas do Ministério da Saúde, foi incluída mais uma diretriz, totalizando sete.
1152 Assim, a proposta do PNS 2020-2023 chegou ao CNS para ser apreciada no início de 2020,
1153 mas, por conta da pandemia, somente foi apresentada ao Conselho em outubro, sem tempo
1154 hábil para debate na reunião. Desse modo, o PNS 2020-2023 foi debatido no início de 2021 e,
1155 após identificar a ausência de ações de enfrentamento à pandemia, o CNS apresentou
1156 sugestões à proposta. Em resposta, o Ministério da Saúde apresentou proposta revisada, em
1157 março de 2021, que foi avaliada pelo Conselho, com a participação das comissões do CNS. No
1158 mês de maio de 2021, o Conselho fez a avaliação final e a proposta (revisada) foi reprovada.
1159 Diante dessa decisão, o Conselho aguardou a apresentação de uma nova proposta. Como isso
1160 não aconteceu, em setembro de 2021, o CNS aprovou recomendação direcionada ao
1161 Ministério da Saúde e mais uma vez aguardou nova proposição (revisada). Essa nova proposta
1162 foi encaminhada ao CNS em setembro de 2022 e a intenção era apreciá-la em dezembro de
1163 2022, mas, como não houve mudanças substanciais, acordou-se por retirá-la da pauta da
1164 reunião do Conselho de dezembro de 2022, para dialogar com a nova equipe de governo.
1165 Durante o período de transição do governo, foi aprovada PEC com incorporação de orçamento
1166 do Ministério da Saúde (R\$ 22 bi, sendo R\$ 10 bi para recompor cortes orçamentários e R\$ 12
1167 bi incluídos na proposta do orçamento 2023, considerando inclusive recomendações do
1168 Conselho). Ao iniciar debate com a nova equipe do governo, foi definida agenda de debate
1169 para discussão do último ano deste PNS 2020-2023. Na semana anterior, o Ministério da
1170 Saúde enviou documento, mas a Comissão avaliou que seria mais viável aguardar o envio de
1171 proposta com novos indicadores. Diante desse novo cenário, em acordo com o Ministério da
1172 Saúde, reiterou que a proposta é retirar o Plano da pauta e aguardar o envio dos novos
1173 indicadores para serem avaliados pela Comissão. Esses indicadores serão apreciados na
1174 próxima reunião da COFIN e elaborada avaliação preliminar para posterior apreciação do
1175 Pleno do CNS. Diante desse informe, o Presidente do CNS solicitou que a mesa submetesse à
1176 votação do Plenário a proposta da COFIN de adiar a apreciação do PNS naquele momento.
1177 Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS, inscreveu-se para falar
1178 deste ponto, mas o Presidente do Conselho solicitou que a proposta de adiamento do debate
1179 do Plano fosse colocada em votação e, depois, fosse aberta a palavra para eventuais
1180 considerações. Conselheira **Ana Lúcia da Silva Marçal Paduello**, da Mesa Diretora do CNS,
1181 após verificar que o Pleno do Conselho estava esclarecido, colocou em votação a proposta de
1182 adiar a apreciação do Plano Nacional de Saúde 2020-2023. **Deliberação: o Pleno do CNS**
1183 **decidiu, por maioria, com uma abstenção (com declaração de voto), adiar o debate do**
1184 **Plano Nacional de Saúde 2020-2023. Após discussão no âmbito da COFIN/CNS, o tema**
1185 **retornará ao Plenário do Conselho para deliberação.** Conselheiro **Neilton Araújo de**
1186 **Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS, declarou que se absteve da votação, porque gostaria de
1187 ter acrescentado alguns pontos ao relato do coordenador da COFIN/CNS, inclusive antes da
1188 votação, e não por ter reparo ao encaminhamento. Esclareceu que o Ministério da Saúde
1189 envidaria esforços para assegurar a programação de 2023, mas é preciso concentrar força
1190 para elaborar o novo Plano Nacional de Saúde. Definido esse ponto, o coordenador da COFIN
1191 apresentou informes sobre atividades organizadas pela COFIN. **1)** O curso online “Participação
1192 e controle social” foi premiado internacionalmente. A 7ª Turma inicia-se em 16 de abril de 2023.
1193 Insritos: 4.514. **2)** Seminário Nacional da COFIN/CNS. Tema: “Os desafios do SUS para que o
1194 amanhã seja realmente outro dia!”. Formato: híbrido. Local: Plenário do Conselho Nacional de
1195 Saúde, 1º andar – Ala B. Data: 18 e 19 de abril 2023. Horário: das 09h às 18h. 1ª Mesa: A

1196 transversalidade do financiamento da Seguridade Social, com efeito vital às políticas sociais,
1197 dentre elas a saúde e a adequada necessidade de critérios de repasses. Coordenação: Irene
1198 Rodrigues da Silva (COFIN). Pessoas Convidadas: Eli Iola Gurgel, Professora Titular da
1199 Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG; Rosa Maria Marques,
1200 Pós-Doutora em Economia e Ciências Sociais Aplicadas; e Francisco Rózsa Funcia,
1201 Economista, Professor, Consultor Técnico do CNS e Doutor em Administração Gestão e
1202 Regionalidade. 2ª Mesa: A luta pela ampliação e a questão alocativa dos recursos do SUS,
1203 desde o anseio popular do Saúde +10 e o impacto das emendas parlamentares nos entes
1204 federados. Coordenação: Ronald Ferreira e Lenir dos Santos (COFIN). Pessoas Convidadas:
1205 Márcio Jerry Saraiva Barroso, Deputado Federal - Presidente da Frente Parlamentar em defesa
1206 do SUS; Lígia Geovanela, Pesquisadora da Fiocruz; Élide Graziane Pinto, doutora em Direito
1207 Administrativo e Procuradora do Ministério Público de Contas de SP. 3ª Mesa: A priorização e a
1208 defesa permanente dos serviços públicos em detrimento ao modelo privado como premissas
1209 primordiais à consolidação do SUS. Coordenação: Blenda Leite (COFIN). Pessoas
1210 Convidadas: Lígia Bahia Archives, Pesquisadora do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da
1211 Universidade Federal do Rio de Janeiro - GPDES-IESC/UFRJ; Nassime Salomão Mansour,
1212 Superintendente das Instituições Filiadas da Associação Paulista para o Desenvolvimento da
1213 Medicina SPDM – SP; e Nésio Fernandes, Secretário de Atenção Primária do Ministério da
1214 Saúde. 4ª Mesa: Responsabilidade Fiscal X Responsabilidade Social – o dilema atual de um
1215 papel governamental responsável. Com os seguintes recortes: reforma tributária, renúncia
1216 fiscal e pacto federativo. Coordenação: Ruth Bitencourt (COFIN). Pessoas Convidadas:
1217 Eduardo Fagnani, Professor, Pesquisador e Doutor em Ciência Econômica; Fausto Augusto
1218 Júnior, Diretor técnico do DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
1219 Socioeconômicos; e Esther Dweck, Ministra de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.
1220 Aberta a palavra ao Pleno, foram colocadas as seguintes questões: destaque para a relação
1221 dos temas do seminário com os debates do Pleno do Conselho; sugestão à COFIN/CNS para
1222 que considere a possibilidade de incluir representação de mulheres negras e indígenas nos
1223 debates sobre orçamento e financiamento; considerar o conceito de equidade de gênero na
1224 coordenação e composição das comissões do CNS; e é essencial mobilizar as entidades a
1225 participarem do curso “Participação e controle social” e do Seminário Nacional da COFIN. **Para**
1226 **conhecimento. Não houve encaminhamento.** Definido este ponto, às 11h30, a mesa
1227 suspendeu para o almoço. Estiveram presentes os seguintes conselheiros e conselheiras na
1228 manhã do segundo dia de reunião: *Titulares* - **Alex Gomes da Motta**, Pastoral da Saúde
1229 Nacional; **Ana Lúcia da Silva Marçal Paduelo**, Associação Brasileira Superando o Lúpus,
1230 Doenças Reumáticas e Doenças Raras – SUPERANDO; **André Luiz de Oliveira**, Conferência
1231 Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); **Carlos Fidelis da Ponte**, Centro Brasileiro de Estudos
1232 de Saúde (CEBES); **Clóvis Alberto Pereira**, Organização Nacional de Cegos do Brasil
1233 (ONCB); **Débora Raymundo Melecchi**, Federação Nacional dos Farmacêuticos – FENAFAR;
1234 **Dulcilene Silva Tiné**, Federação Brasileira de Hospitais (FBH); **Elaine Junger Pelaez**,
1235 Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); **Ethel Leonor Noia Maciel**, Ministério da Saúde
1236 (MS); **Fernanda Lou Sans Magano**, Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI;
1237 **Fernando Zasso Pigatto**, Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM;
1238 **Francisca Valda da Silva**, Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn; **Heliana Neves**
1239 **Hemetério dos Santos**, Rede Nacional de Lésbicas Bissexuais Negras Feministas (REDE
1240 CANDACES BR); **José Ramix de Melo Pontes Junior**, Confederação Nacional dos
1241 Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG); **José Vanilson Torres**
1242 **da Silva**, Movimento Nacional População de Rua (MNPR); **Rafaela Bezerra Fernandes**,
1243 Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); **Lucia Regina**
1244 **Florentino Souto**, Ministério da Saúde (MS); **Maria Thereza Almeida Antunes**, Federação
1245 Brasileira das Associações de Síndrome de Down (FBASD); **Marisa Helena Alves**, Conselho
1246 Federal de Psicologia (CFP); **Mauri Bezerra dos Santos Filho**, Confederação Nacional dos
1247 Trabalhadores em Seguridade Social da CUT (CNTSS); **Maurício Cavalcante Filizola**,
1248 Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); **Myrian Coelho**
1249 **Cunha da Cruz**, Conselho Federal de Nutricionistas (CFN); **Neilton Araújo de Oliveira**,
1250 Ministério da Saúde (MS); **Nelson Augusto Mussolini**, Confederação Nacional da Indústria
1251 (CNI); **Patrícia Gonçalves Soares**, Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela
1252 Hanseníase (MORHAN); **Priscila Torres da Silva**, Biorred Brasil; **Shirley Marshal Díaz**
1253 **Morales**, Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE); **Sueli Terezinha Goi Barrios**,
1254 Associação Brasileira da Rede Unida (REDEUNIDA); **Vânia Lúcia Ferreira Leite**, Conferência
1255 Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); e **Walquiria Cristina Batista Alves Barbosa**,

1256 Associação Brasileira de Alzheimer e Doenças Similares (ABRAZ). *Suplentes* – **Altamira**
1257 **Simões dos Santos de Sousa**, Rede Nacional Lai Lai Apejo - Saúde da População Negra e
1258 AIDS; **Cleonice Caetano Souza**, União Geral dos Trabalhadores (UGT); **Conceição**
1259 **Aparecida Pereira Rezende**, Ministério da Saúde (MS); **Edna Maria dos Anjos Mota**,
1260 Conselho Federal de Enfermagem (COFEN); **Eduardo Maércio Fróes**, Associação Brasileira
1261 de Linfoma e Leucemia (ABRALE); **Eliane Maria Nogueira de Paiva**, Sindicato dos Servidores
1262 do Sistema Nacional de Auditoria do SUS (UNASUS SINDICAL); **Erika Santos de Aragão**,
1263 Ministério da Saúde (MS); **Haroldo Jorge de Carvalho Pontes**, Conselho Nacional de
1264 Secretários de Saúde (CONASS); **João Alves do Nascimento**, Conselho Federal de Medicina
1265 Veterinária – CFMV; **Helena Modesto Xavier**, Associação de Diabetes Juvenil (ADJ); **Luiz**
1266 **Aníbal Vieira Machado**, Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; **Marta Carmelita**
1267 **Bezerra de Almeida**, Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em
1268 Saúde – ANEPS; **Renata Soares de Souza**, Movimento Nacional das Cidadãs Positivas
1269 (MNCP); **Renato de Jesus Padilha**, Federação das Associações de Renais e Transplantados
1270 do Brasil (FENAPAR); **Rildo Mendes**, Articulação dos Povos Indígenas Região Sul (ARPIN-
1271 SUL); **Veridiana Ribeiro da Silva**, Conselho Federal de Farmácia – CFF; e **Walter Bernardo**
1272 **Ribeiro**, Central Única dos Trabalhadores (CUT). Retomando, às 13h30, a mesa foi composta
1273 para o item 8 da pauta. **ITEM 8 – ELEIÇÃO DE INTEGRANTE PARA A MESA DIRETORA DO**
1274 **CNS** – iniciando este ponto de pauta, a mesa foi composta pelos seguintes integrantes da
1275 Mesa Diretora do CNS: conselheira **Fernanda Lou Sans Magano**; conselheiro **Fernando**
1276 **Zasso Pigatto**, Presidente do CNS; conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**; e conselheira **Ana**
1277 **Lúcia Marçal Paduello**. Seguindo o rito eleitoral definido no Edital CNS nº. 01/2023, foi aberta
1278 a palavra para defesa das duas candidaturas: conselheira **Heliana Neves Hemetério**; e
1279 conselheiro **Luiz Carlos Medeiros de Paula**. Conselheiro Renato Padilha defendeu a
1280 candidatura do conselheiro **Luiz Carlos Medeiros de Paula** e conselheira **Heliana Neves**
1281 **Hemetério** defendeu sua própria candidatura. Após, a mesa deu início à votação com
1282 chamada nominal dos 44 votantes. Encerrada a votação, procedeu-se à apuração dos votos.
1283 Enquanto se aguardava esse processo, a mesa deu continuidade aos demais itens da pauta.
1284 **ITEM 9 – COMISSÃO INTERSETORIAL DE RECURSOS HUMANOS E RELAÇÕES DE**
1285 **TRABALHO – CIRHRT – Pareceres de processos de autorização, reconhecimento e**
1286 **renovação de cursos de graduação da área da saúde - Coordenação:** conselheira
1287 **Francisca Valda da Silva**, coordenadora da CIRHRT/CNS e da Mesa Diretora do CNS; e
1288 conselheiro **Jurandi Frutuoso Silva**, da Mesa Diretora do CNS. A coordenadora da
1289 CIRHRT/CNS fez uma apresentação sobre os doze pareceres elaborados pela CIRHRT/CNS
1290 no período de 3 a 31 de março de 2023 (28 dias), sendo dez insatisfatórios, dois satisfatórios
1291 com recomendações, nenhum satisfatório e nenhum na modalidade EaD (que são devolvidos
1292 ao MEC sem análise). Na sua explanação, destacou os seguintes dados dos processos
1293 analisados: a) Relação número de processos analisados e curso – Enfermagem: 2; Medicina:
1294 3; Odontologia: 1; Psicologia: 6; b) Relação de cursos x tipo de ato regulatório: Enfermagem: 2
1295 de reconhecimento; Medicina: 2 de autorização e 1 de reconhecimento; Odontologia: 2 de
1296 reconhecimento; Psicologia: 6 de reconhecimento; c) Relação nº de processos analisados x
1297 parecer final: 10 insatisfatórios; e 2 satisfatórios com recomendações. Não havendo
1298 manifestações, a mesa submeteu os processos à votação, em bloco. **Deliberação:**
1299 **aprovados, por unanimidade, os doze processos elaborados pela CIRHRT/CNS, sendo**
1300 **dez insatisfatórios, dois satisfatórios com recomendações, nenhuma devolução ao MEC**
1301 **(modalidade EaD) e nenhum satisfatório.** Neste ponto, o debate foi interrompido para
1302 anunciar o resultado do processo eleitoral de escolha de integrante para a Mesa Diretora do
1303 CNS. **ITEM 8 – ELEIÇÃO DE INTEGRANTE PARA A MESA DIRETORA DO CNS -**
1304 **Coordenação:** integrantes da Mesa Diretora do CNS: conselheira **Fernanda Lou Sans**
1305 **Magano**; conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS; conselheiro **Neilton**
1306 **Araújo de Oliveira**; e conselheira **Ana Lúcia Marçal Paduello**. Após agradecer as duas
1307 candidaturas, o Presidente do CNS explicou que a eleição contou com 37 votantes, dos 44
1308 nomes aptos a votar, sendo acompanhada, na condição de fiscais, pelos conselheiros Vanilson
1309 Torres e Renato Padilha. Após apuração, o resultado final foi o seguinte: conselheiro **Luiz**
1310 **Carlos Medeiros de Paula** – 5 votos; e conselheira **Heliana Neves Hemetério dos Santos** –
1311 32 votos. **Desse modo, declarou eleita a conselheira Heliana Neves Hemetério dos**
1312 **Santos, representante da Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas -**
1313 **Candaces, como integrante da Mesa Diretora do CNS, em substituição à ex-conselheira**
1314 **Maria da Conceição Silva.** Conselheira **Heliana Neves Hemetério dos Santos** agradeceu os
1315 votos de confiança e manifestou sua satisfação por ter sido eleita para compor a Mesa Diretora

1316 e fazer parte da luta pela garantia dos direitos da população brasileira, especialmente neste
1317 novo momento de esperança do país na gestão do Presidente Lula. Na sequência, a mesa deu
1318 continuidade ao item de pauta da CIRHRT/CNS. Neste ponto, a coordenadora da
1319 CIRHRT/CNS fez os informes sobre assuntos diversos. Sobre a modalidade de ensino EaD,
1320 explicou que a Comissão continua acompanhando e discutindo, com muita preocupação, as
1321 ações do Ministério da Educação - MEC quanto à autorização e reconhecimento de cursos de
1322 graduação da área da saúde na modalidade EaD. Para tanto, a Comissão definiu ações
1323 voltadas ao âmbito Executivo, Judiciário e Legislativo. Explicou que o MEC instituiu um Grupo
1324 de Trabalho, por meio da publicou a Portaria nº 668/2022, com o objetivo de apresentar
1325 subsídios com vistas “à regulamentação da oferta de cursos” de graduação em Odontologia,
1326 Psicologia e Enfermagem (além de Direito), na modalidade EaD. O CNS foi convidado a
1327 compor o Grupo, com indicação de duas representações (ainda em 2022): conselheiras
1328 Francisca Valda (ABEn), como titular, e Fernanda Magano (FENAPSI), como suplente. Em 8 de
1329 março de 2023 o MEC publicou outra normativa, a Portaria nº 398/2023, alterando, em alguns
1330 pontos específicos, a Portaria nº 668/2022, com destaque para mudança do objetivo do GT,
1331 que passou de regulamentação da oferta de cursos para “realizar estudos com vistas a
1332 subsidiar a elaboração de uma política educacional”. Além disso, o tempo de duração dos
1333 trabalhos do GT passou de 180 dias, na Portaria 668/2022, para 270 dias, na Portaria
1334 398/2023. As reuniões do GT/MEC já iniciaram, de forma remota, seguindo cronograma de
1335 encontros. Enquanto isso, outros cursos de graduação da área da saúde continuam sendo
1336 autorizados e reconhecidos, a exemplo da Portaria nº 42, de 31 de março de 2023, que
1337 reconhece cursos de instituições de ensino privadas na modalidade EaD, com destaque para
1338 os seguintes da área da saúde: Serviço Social (Bacharelado); Educação Física; Biologia;
1339 Educação Física (Bacharelado); Farmácia; Fonoaudiologia; Ciências Biológicas; e Fisioterapia.
1340 Diante deste cenário preocupante, disse que o tema da modalidade EaD foi mais uma vez
1341 discutido na pauta da Comissão com o seguinte tema “A modalidade Educação a Distância
1342 (EaD) e os riscos de uma formação virtual para o trabalho real na saúde: qual o impacto no
1343 cuidado e segurança da população?”. No âmbito do Judiciário, lembrou que a Procuradoria da
1344 República em Goiás - MPF/GO ajuizou Ação Civil Pública e o CNS, bem como as entidades
1345 que o compõem, foi convidado a ingressar como *amicus curiae* nos autos da ação civil pública.
1346 Disse que doze entidades já ingressaram e a Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde
1347 entendeu que o CNS preenche todos os requisitos para também participar. No entanto, a
1348 questão deve ser analisada pela Procuradoria-Regional da União na 1ª Região, a quem
1349 compete a representação judicial do órgão perante a 4ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária
1350 do Estado de Goiás. Até o momento a Procuradoria Regional da União na 1ª Região não
1351 encaminhou o pedido de habilitação do CNS na qualidade de *amicus curiae*. No âmbito do
1352 Congresso Nacional, informou que quatro projetos de lei sobre a temática estão parados, mas
1353 por outro lado, o marco regulatório de implantação da EAD segue via normas infralegais.
1354 Também falou sobre o Programa Mais Médicos para o Brasil, explicando que foi instituída
1355 Comissão Interministerial de Gestão da Educação na Saúde, composta por Secretarias do
1356 MEC, INEP, Capes e Secretarias do MS, além de CONASS e CONASEMS. Lembrou que, em
1357 março de 2023, o governo federal anunciou a retomada do Programa, com a abertura de 15 mil
1358 novas vagas. Até o final de 2023, a meta é alcançar 28 mil profissionais fixados em todo o país,
1359 principalmente nas áreas de extrema pobreza. Fez um destaque ainda à Portaria/MEC nº 650,
1360 de 5 de abril de 2023, que dispõe sobre a política de chamamento público para a autorização
1361 de curso de graduação de Medicina ofertado por instituição de educação superior privada e
1362 sobre a reabertura do protocolo de pedidos de aumento de vagas do sistema federal de
1363 educação superior. Essa norma determina que a autorização para o funcionamento de curso
1364 de graduação em Medicina por instituição de educação superior privada será precedida de
1365 chamamento público, nos termos da Lei nº 12.871/2013, ouvida a Comissão Interministerial de
1366 Gestão da Educação na Saúde, de que trata o Decreto nº 11.440/2023. Sobre as residências
1367 em área profissional da saúde, disse que foram publicados dois editais, o primeiro é o Edital
1368 SGTES/MS nº 3, de 10 de março de 2023, cujo objeto é a seleção de Programas de
1369 Residência Médica para a concessão de 963 bolsas financiadas pelo Ministério da Saúde, no
1370 âmbito do Programa Nacional de Apoio à Formação de Médicos Especialistas em Áreas
1371 Estratégicas, cujo objetivo é incentivar a formação de especialistas na modalidade residência
1372 médica, notadamente em especialidades e regiões prioritárias, estabelecidas pelo SUS. O
1373 segundo é o Edital SGTES/MS nº 4, de 4 de abril de 2023, cujo objeto é a seleção de
1374 Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde para a concessão
1375 de 837 bolsas financiadas pelo Ministério da Saúde, no âmbito do Programa Nacional de

1376 Bolsas para Residências Multiprofissionais e em Área Profissional da Saúde (Pró-residência),
1377 cujo objetivo é incentivar a formação de especialistas na modalidade residência, notadamente
1378 em especialidades e regiões prioritárias, estabelecidas pelo SUS. Por fim, informou que a
1379 Comissão de Fiscalização da Câmara dos Deputados solicitou ato de fiscalização e controle
1380 sobre o planejamento da política de educação superior na modalidade a distância. Em
1381 resposta, o Tribunal de Contas da União - TCU realizou auditoria de 2018 a 2021 e o Acórdão
1382 nº 658/2023, que apresenta os resultados desse trabalho, foi aprovado em abril de 2023. Em
1383 síntese, disse que os dados coletados pela auditoria e analisados apontam desorganização da
1384 modalidade a distância e a conclusão é que o modelo regulatório atual construído a partir dos
1385 preceitos da LDB e da lei dos sinais apresenta inadequações frente às necessidades do
1386 sistema federal do ensino superior, escolhas feitas no âmbito da regulação infralegal. Por fim,
1387 disse que o CNS, por meio de Nota Pública, publicada em 4 de abril, reafirmou seu
1388 posicionamento favorável à modalidade presencial de oferta para os cursos da área da saúde,
1389 considerando esta condição adequada para a formação de qualidade dos profissionais de
1390 saúde. **Manifestações.** Conselheira **Shirley Marshal Díaz Morales** agradeceu o informe e
1391 sugeriu que o Conselho verificasse com o Ministério da Educação se o cronograma de
1392 reuniões do Grupo de Trabalho, definido pela Portaria/MEC nº. 398/2023, será prorrogado ou
1393 se outras estratégias de trabalho serão propostas. Também sugeriu que fosse enviada às
1394 entidades e movimentos que compõem o CNS a solicitação de que ingressem como *amicus*
1395 *curiae* na ACP nº 10156605620224013500, ajuizada pelo Ministério Público Federal (enviar a
1396 documentação referente à pauta da modalidade EaD produzida por este Conselho, além do
1397 Acórdão do TCU nº 658/2023). Por fim, perguntou sobre o andamento do debate acerca das
1398 residências multiprofissionais, principalmente quanto à composição da Comissão Nacional de
1399 Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS. Conselheira **Edna Maria dos Anjos Mota**
1400 cumprimentou a Comissão pelo intenso trabalho e denunciou a situação de cursos de
1401 graduação da saúde ofertados em Rondônia. Explicou que uma entidade de Pernambuco
1402 comprou rede de faculdades particulares e tornou-se detentora de quase todas as faculdades
1403 de Medicina do Estado. Essas instituições estão implantando os cursos na modalidade EAD,
1404 com oferta de vagas em pequenos municípios, e os certificados, negados pelo Conselho
1405 Regional de Enfermagem de Rondônia, são emitidos de forma irregular por outras instituições
1406 de ensino, inclusive de Brasília. Disse que o COREn-RO esclareceu que o Instituto de Ensino
1407 Superior de Minas Gerais - IESMIG não está autorizado pelo MEC a ofertar cursos na
1408 Modalidade EaD no Estado de Rondônia, sendo, portanto, irregular a emissão de diploma
1409 sobre o Curso Livre de Extensão em Enfermagem, na modalidade EaD, pela referida
1410 instituição. Também denunciou a dificuldade de suprir as demandas do curso de Enfermagem
1411 da Universidade Federal de Rondônia devido à insuficiência de docentes para ministrar as
1412 disciplinas do curso. Por fim, disse que o Município de Cacoal solicitou credenciamento de
1413 instituição para residência multiprofissional, mas o pleito, feito em 2022, ainda não foi atendido.
1414 **Retorno da mesa.** A coordenadora da mesa respondeu aos questionamentos pontuando que:
1415 a posição do CNS é garantir educação como projeto de desenvolvimento social; a Comissão
1416 propôs a suspensão do calendário do GT Portaria/MEC nº. 398/2023 e a realização de um
1417 estudo nacional por três meses, mas o MEC não respondeu ao pleito e continuou o trabalho; o
1418 Conselho Federal de Enfermagem fez visitas aos polos de educação a distância e identificou
1419 diversas irregularidades - as denúncias foram encaminhadas ao Ministério da Educação para
1420 as devidas providências. A seguir, a mesa passou aos encaminhamentos. **Deliberação: o**
1421 **Pleno decidiu: 1) verificar com o Ministério da Educação se o cronograma de reuniões**
1422 **do Grupo de Trabalho, definido pela Portaria/MEC nº. 398/2023, será prorrogado ou se**
1423 **outras estratégias de trabalho serão propostas; 2) enviar às entidades e movimentos que**
1424 **compõem o CNS a solicitação de que ingressem como *amicus curiae* na ACP nº**
1425 **10156605620224013500, ajuizada pelo Ministério Público Federal, em trâmite na 4ª Vara**
1426 **da Seção Judiciária de Goiás (a assessoria técnica do Conselho encaminhará aos**
1427 **integrantes do CNS toda a documentação referente à pauta da modalidade EaD**
1428 **produzida por este Conselho, além do Acórdão nº 658/2023 do Tribunal de Contas da**
1429 **União - TCU; e 3) retomar o debate na CIRHRT/CNS sobre residências multiprofissionais,**
1430 **principalmente quanto à composição da Comissão Nacional de Residência**
1431 **Multiprofissional em Saúde – CNRMS.** A coordenadora da CIRHRT solicitou às entidades
1432 que compõem o CNS que façam ampla divulgação da Nota Pública do CNS reafirmando o
1433 posicionamento favorável à modalidade presencial de oferta para os cursos da área da saúde.
1434 **ITEM 10 – COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA – CONEP/CNS - Apresentação:**
1435 **Ana Maria Caetano de Faria,** diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia -

1436 DECIT/SECTICS/MS; **Silvana Gomes Benzecry**, coordenadora do CGTS/DESD/SEIDIGI/MS;
1437 e conselheira **Laís Alves de Souza Bonilha**, coordenadora da CONEP/CNS. *Coordenação:*
1438 conselheira **Ana Lúcia da Silva Marçal Paduello**, da Mesa Diretora do CNS; e conselheiro
1439 **Neilton Araújo de Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS. Iniciando este ponto de pauta,
1440 conselheira **Ana Lúcia da Silva Marçal Paduello**, da Mesa Diretora do CNS, saudou os
1441 integrantes da mesa e lembrou que a CONEP/CNS possui ponto de pauta permanente no
1442 Conselho a cada dois meses. Conselheira **Laís Alves de Souza Bonilha**, coordenadora da
1443 CONEP, fez uma saudação inicial às pessoas presentes e um agradecimento às convidadas
1444 para este ponto. Explicou que a Comissão continuava com intensa produção, alcançando
1445 muitos avanços especialmente neste novo contexto de valorização da ciência, com ética,
1446 voltada ao atendimento dos interesses da população. Todavia, esclareceu que neste mês não
1447 seria feita apresentação sobre o resultado desse trabalho, mas sim, uma abordagem sobre
1448 assuntos relacionados à pesquisa. A diretora do DECIT/SECTICS/MS, **Ana Maria Caetano de**
1449 **Faria**, falou sobre a importância dos estudos clínicos no Brasil. Começou justificando a
1450 ausência do diretor da SECTICS/MS, que participava de atividade externa e explicando que o
1451 DECIT, criado há mais de 20 anos, possui a missão de fomentar pesquisas que promovam o
1452 conhecimento científico e a tecnologia e inovação para o SUS, com vistas a melhorar a
1453 qualidade de vida da população. Além disso, possui por função disseminar o que é
1454 conhecimento científico, na lógica de revalorização da ciência, com combate ao negacionismo.
1455 Inclusive, fez um destaque à resistência do Departamento aos ataques à ciência durante o
1456 governo anterior, assegurando a manutenção de importantes projetos e fomento. Assim, neste
1457 momento de revalorização da ciência, disse que a ideia é definir ações planejadas
1458 estrategicamente, com a participação do Conselho e de outros setores. Sobre os estudos
1459 clínicos, explicou que a cadeia de estudos para promoção da saúde passa por diferentes
1460 estágios e um deles é o estudo clínico com seres humanos. Frisou que a pesquisa clínica é de
1461 fundamental importância, pois é fator de soberania, de autonomia e independência do país. No
1462 período da pandemia da COVID-19, por exemplo, o Brasil possuía capacidade para ter uma
1463 vacina própria, mas faltou estudo clínico para tanto e ainda hoje o país vive problema
1464 semelhante acerca de medicamentos de alto custo. Destacou que a ideia é realizar estudos
1465 clínicos de qualidade e o Sistema CEP/CONEP é fundamental nesse processo. Inclusive,
1466 aproveitou para defender a permanência deste Sistema sob a égide do controle social. A
1467 coordenadora da CONEP, **Laís Alves de Souza Bonilha**, ressaltou que a Comissão defende a
1468 realização de pesquisas éticas, que interessam o povo brasileiro, com justificativas
1469 fundamentadas, e garantia de acesso ao produto da pesquisa. Dito isso, fez destaque aos
1470 ganhos do Sistema CEP/CONEP nesta nova conjuntura: a) nenhuma pesquisa fora do prazo
1471 de 60 dias para análise; b) a Resolução nº 674, de 6 de maio de 2022, que dispõe sobre
1472 diretrizes para tipificação da pesquisa e a tramitação dos protocolos de pesquisa no Sistema
1473 CEP/CONEP, será colocada em prática após a reformulação da Plataforma Brasil (processo de
1474 reformulação dessa ferramenta avançou bastante); c) o Projeto de Lei nº 7.082/2017, que
1475 defendia a retirada do Sistema CEP/CONEP do âmbito do CNS, perdeu força neste nova
1476 conjuntura; e d) a CONEP definiu agenda para ampliar o diálogo com outros setores
1477 interessados em pesquisas como indústria farmacêutica – convite a representação da
1478 ABRACRO, da Sindusfarma e da Interfarma para participar de reunião da CONEP, no dia 27
1479 de abril. Afora essas questões, apresentou demandas da Comissão para deliberação do Pleno.
1480 A primeira é a criação de Grupo de Trabalho para elaborar critérios de participação da
1481 população transexual/transgênero em ensaios clínicos (a CONEP/CNS apresentará proposta
1482 de composição do Grupo ao Pleno do CNS para apreciação e votação). Além disso, solicitou
1483 que o próximo ponto de pauta da CONEP fosse antecipado para o mês de maio, a fim de
1484 possibilitar a apresentação do documento denominado “Diretrizes para a ética na pesquisa e a
1485 integridade científica”, do Fórum de Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Linguística,
1486 Letras e Artes FCHSSALLA, que estava sob consulta pública até o final do mês de maio.
1487 Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS, adiantou que a pauta do
1488 mês de maio estaria bem extensa, portanto, sugeriu divulgar o documento e incentivar a
1489 participação na consulta pública. Também justificou a ausência da Secretária de Informação e
1490 Saúde Digital – SEIDIGI/MS, Ana Estella Haddad, e convidou a coordenadora
1491 CGTS/DESD/SEIDIGI/MS para tratar sobre a Plataforma Brasil. A Coordenadora
1492 CGTS/DESD/SEIDIGI/MS, **Silvana Gomes Benzecry**, começou agradecendo o convite, em
1493 nome da Secretária Ana Estela e explicando que a SEIDIGI é uma secretaria nova do
1494 Ministério da Saúde, que envolve três departamentos – DATASUS; Departamento de
1495 Monitoramento, Avaliação e Disseminação de Informações Estratégicas em Saúde – DEMAS;

1496 e DESD. Dito isso, fez uma abordagem sobre a importância da Plataforma Brasil, começando
1497 com linha do tempo. Lembrou que, em 2007, o Conselho Nacional de Saúde, por solicitação da
1498 CONEP, deliberou pela revisão do Sistema Nacional de Informação para Acompanhamento de
1499 Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos - SISNEP através da construção de um novo
1500 sistema. Após um longo trabalho realizado através de parcerias com as áreas do Ministério da
1501 Saúde (Departamento de Ciências, Tecnologia e Insumos Estratégicos DECIT, DATASUS e
1502 ANVISA) e da apresentação de suas linhas mestras, em dezembro de 2008, a CONEP lançou
1503 a Plataforma Brasil. A partir de 15 de janeiro de 2012, o SISNEP (para o registro de pesquisas
1504 envolvendo seres humanos) foi desativado e substituído pela Plataforma. Detalhou que essa
1505 ferramenta permite que as pesquisas sejam acompanhadas em seus diferentes estágios -
1506 desde sua submissão até a aprovação final, pelo CEP e pela CONEP. Portanto, torna o
1507 processo de submissão e apreciação ética dos projetos de pesquisa mais seguros, rápidos e
1508 confiáveis. Também contribui com a transparência pública, pois permite que a sociedade tenha
1509 acesso às informações de pesquisas já aprovadas. Em síntese, disse que a Plataforma traz
1510 integração, celeridade e transparência. Lembrou, ainda, que os Comitês de Ética em Pesquisa
1511 - CEP são a autoridade local e porta de entrada para um projeto de pesquisa envolvendo seres
1512 humanos. Esses comitês também promovem atividades, tais como seminários, palestras,
1513 jornadas, cursos e estudo sobre protocolos de pesquisa. Finalizou reiterando o compromisso
1514 da SEIDIGI/MS com o aprimoramento da Plataforma Brasil. **Manifestações.** Conselheiro
1515 **Renato de Jesus Padilha** agradeceu as expositoras pelas explanações e sugeriu a realização
1516 de pesquisa comparativa com outros países sobre as melhores opções terapêuticas para
1517 tratamento da insuficiência renal diante das opções disponíveis. Conselheira **Débora**
1518 **Raymundo Melecchi** também parabenizou a mesa e solicitou que os resultados da reunião da
1519 CONEP com convidados fossem compartilhados com a CICTAF/CNS. Também citou
1520 recomendações do 9º Simpósio de Ciência, Tecnologia e Assistência Farmacêutica, a serem
1521 consideradas pela Sistema CEP/CONEP e pelo Ministério da Saúde: garantir editais de
1522 pesquisa voltados ao desenvolvimento de tecnologias voltadas à redução das desigualdades
1523 sociais, com olhar para o ODS 2; assegurar, financiamento público para pesquisas de interesse
1524 do SUS; garantir a fixação de pesquisadores no Brasil, assegurando olhar desses para os
1525 saberes dos territórios e diversidades do Brasil. Por fim, destacou a importância da Plataforma
1526 Brasil como ferramenta que garante acessibilidade e transparência. Conselheira **Rafaela**
1527 **Bezerra Fernandes** saudou a mesa, especialmente a coordenadora da CONEP pelo trabalho
1528 desenvolvido pela Comissão e reiterou que a vinculação da CONEP ao CNS é um patrimônio e
1529 uma conquista da sociedade. Ratificou o compromisso do CNS com a priorização da ciência e
1530 com o entendimento de que a pesquisa deve assumir compromisso social. Ressaltou que é
1531 preciso fortalecer a CONEP/CNS inclusive como forma de combater o negacionismo e garantir
1532 que espaços de inserção de conselheiros (fóruns, câmaras, entre outros) sejam locais para
1533 produção e disseminação do conhecimento produzido pelo Conselho. Conselheiro **Nelson**
1534 **Mussolini** manifestou satisfação com os avanços apresentados e fez um destaque à iniciativa
1535 de ampliar o diálogo entre Sistema CEP/CONEP, entidades de pesquisa e indústria
1536 farmacêutica. Enfatizou a importância de ampliar a realização de pesquisas no país, sempre
1537 considerando como prioridade o sujeito de pesquisa. Conselheira **Marta Carmelita Bezerra de**
1538 **Almeida** também elogiou a CONEP/CNS pelo trabalho e enfatizou que é preciso aproximar os
1539 movimentos sociais das bases dos comitês de ética e assegurar que a população tenha acesso
1540 aos resultados das pesquisas. Conselheira **Walquiria Cristina Batista Alves Barbosa** sugeriu
1541 que fosse definida parceria com o MEC e universidades para aprimorar/otimizar a Plataforma
1542 Brasil. Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS, agradeceu as falas
1543 e reiterou que a tecnologia deve estar a serviço da vida. **Retorno da mesa.** A coordenadora do
1544 CGTS/DESD/SEIDIGI/MS, **Silvana Gomes Benzecry**, agradeceu as falas e pontuou as
1545 seguintes questões: uma das prioridades da Secretaria é garantir que a informação chegue ao
1546 usuário do Sistema, com linguagem acessível e inclusiva; e a Plataforma Brasil oferta cursos e
1547 os conselheiros podem enviar sugestões de cursos para aprimoramento da base. A
1548 coordenadora da CONEP/CNS respondeu aos questionamentos do Plenário, destacando que:
1549 a CONEP buscará informações no banco de dados sobre o tratamento mais recomendado para
1550 insuficiência renal; os resultados do primeiro encontro ampliado da CONEP/CNS serão
1551 compartilhados com o Plenário; considerando a impossibilidade de pauta para a CONEP no
1552 mês de maio, será solicitada extensão do prazo da consulta até final de junho; a relevância
1553 social deve nortear a pesquisa; a CONEP funciona porque é uma Comissão do CNS, inclusive,
1554 resistiu durante a pandemia, e não aprovou pesquisas que não interessavam aos sujeitos; a
1555 reunião ampliada é uma resposta a demandas de setores para ampliar o diálogo com

1556 CONEP/CNS; e é preciso aproximar a população dos espaços da ética em pesquisa, inclusive
1557 para compreender o trabalho desse Sistema. A diretora do DECIT/SECTICS/MS, **Ana Maria**
1558 **Caetano de Faria**, fez os seguintes comentários a partir das intervenções: é possível resgatar
1559 o resultado de pesquisa sobre as melhores opções terapêuticas para tratamento da
1560 insuficiência renal; o compromisso social da ciência é assegurado pelo tipo de edital a ser
1561 definido pelo Ministério da Saúde, com a manutenção da CONEP no âmbito do CNS; o
1562 momento é de revalorização da participação social e, nessa linha, a Secretaria definiu duas
1563 ações: construir agenda de prioridade de pesquisa para o SUS, com consulta a vários
1564 parceiros, inclusive o CNS, e realização de conferência nacional de pesquisa em saúde, em
1565 2024; e é preciso incorporar os saberes tradicionais nas agendas de pesquisa. Após essas
1566 falas, a mesa agradeceu às convidadas e passou aos encaminhamentos. **Deliberação: neste**
1567 **ponto, o Pleno decidiu: 1) solicitar à CONEP/CNS que compartilhe os resultados do I**
1568 **encontro ampliado da CONEP/CNS, que terá como tema “Análise ética de estudos**
1569 **adaptativos no Brasil” e ocorrerá no dia 27 de abril de 2023, com as demais comissões**
1570 **do Conselho, especialmente a Comissão Intersectorial de Ciência, Tecnologia e**
1571 **Assistência Farmacêutica - CICTAF; e 2) criar Grupo de Trabalho do CNS para**
1572 **elaboração de critérios de participação da população transexuais transgêneros em**
1573 **ensaios clínicos (a CONEP/CNS apresentará proposta de composição do Grupo ao Pleno**
1574 **do CNS para apreciação e votação). ITEM 11 – ENCAMINHAMENTOS DO PLENO -**
1575 **Documentos editados ad referendum. Comissões Intersectoriais, Grupos de Trabalho e**
1576 **Câmaras Técnicas - Composição da mesa: conselheira Francisca Valda da Silva, da Mesa**
1577 **Diretora do CNS; e conselheira Fernanda Lou Sans Magano, da Mesa Diretora do CNS. 1)**
1578 **Nota Técnica com subsídios para a Mesa Diretora acerca da proposta de Emenda à**
1579 **Constituição nº 10/2022, elaborada pelas Comissões Intersectoriais de Atenção à Saúde das**
1580 **Pessoas com Patologias – CIASPP; Ciência, Tecnologia e Assistência Farmacêutica - CICTAF;**
1581 **e Vigilância em Saúde – CIVS; e recomendação a respeito. Conselheira Francisca Valda da**
1582 **Silva, da Mesa Diretora do CNS, fez a leitura da Nota Técnica e da minuta de recomendação.**
1583 **Após o tema tornar-se notório, em decorrência de sua inclusão no ponto de pauta na Comissão**
1584 **de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, as Comissões Intersectoriais de Atenção à**
1585 **Saúde das Pessoas com Patologias, de Ciência, Tecnologia e Assistência Farmacêutica e de**
1586 **Vigilância em Saúde organizaram uma reunião com representantes da Coordenação de**
1587 **Sangue e Hemoderivados, do Ministério da Saúde e com representantes da Gerência de**
1588 **Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas da Agência Nacional de**
1589 **Vigilância Sanitária - Anvisa para debater o tema e subsidiar as decisões das comissões. Como**
1590 **resultado, as referidas comissões elaboraram Nota Técnica sobre a proposta de Emenda à**
1591 **Constituição Nº 10, de 2022 e minuta de recomendação para arquivamento imediato da**
1592 **Proposta da referida Emenda Constitucional. A nota, entre outros aspectos, destaca que a**
1593 **atuação do Conselho Nacional de saúde deve se dar no caminho oposto ao apresentado na**
1594 **proposta de emenda à constituição nº 10/2022, tendo como perspectiva fortalecer a política**
1595 **nacional de sangue, componentes e hemoderivados existente, e reivindicar melhorias e**
1596 **reestruturação da Hemobrás, que assim como as diversas áreas da saúde sofreu com cortes e**
1597 **sucateamento nos últimos anos. No mesmo sentido, a minuta recomenda: 1) Ao Congresso**
1598 **Nacional: que rejeite e archive a PEC nº 10/2022, se manifestando contrário à atividade**
1599 **privada na coleta e processamento de plasma humano, e repudiando a mercantilização do**
1600 **sangue e que represente projetos de lei que garanta subsídios financeiros a Hemobrás; e 2) Ao**
1601 **Ministério da Saúde: que garanta aumento no repasse de recursos públicos para a Hemobrás,**
1602 **de modo a permitir melhoria na capacidade de processamento; que cumpra seu papel**
1603 **articulador entre as políticas públicas, em especial, da Assistência Farmacêutica e Vigilância**
1604 **em Saúde, para atender as necessidades das pessoas e mesmo fortalecer a rede dos Lacens;**
1605 **e promova o fortalecimento da Coordenação Nacional de Sangue e de Hemoderivados**
1606 **(CNSH), órgão do Ministério da Saúde encarregado de execução da política de atenção**
1607 **hemoterápica e hematológica conforme a Lei nº 10.205/2001 (“Lei do Sangue”). Após breves**
1608 **considerações, a mesa colocou em votação os documentos. Deliberação: aprovada, em**
1609 **bloco, por unanimidade, a nota técnica e a recomendação. A nota será incluída como**
1610 **anexo da recomendação. 2) Recomendação. Propõe a derrubada do Veto nº 59/2022. O**
1611 **documento recomenda: 1) Ao Congresso Nacional: que derrube o veto 59/2022, que veta**
1612 **integralmente o Projeto de Lei nº 5.307, de 2020; e 2) Ao Ministério da Saúde: que garanta**
1613 **aumento no repasse de recursos públicos para efetivar a Política Nacional para Prevenção e**
1614 **Controle do Câncer; e que fortaleça os mecanismos de fiscalização e transparência previstos**
1615 **no Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e inclua o controle social**

1616 nos processos de monitoramento e avaliação do programa. Conselheira **Débora Melecchi** fez
1617 um breve relato sobre a elaboração nota e da recomendação e o conselheiro Eduardo Maércio
1618 e houve algumas considerações a respeito. **Deliberação: aprovada, por unanimidade, a**
1619 **recomendação. 3)** “Grupo de Trabalho Yanomami” – CISI/CNS – proposta das atividades do
1620 Grupo de Trabalho “Yanomami/CISI/CNS, no período de 15 a 19 de maio de 2023, na Terra
1621 Indígena Yanomami - Boa Vista/RR. Conselheira **Vânia Lúcia Ferreira Leite**, integrante da
1622 CISI/CNS, explicou que o objetivo da visita é debater com o povo Yanomami o direito à saúde
1623 como dever do Estado e o papel do Controle Social do SUS no monitoramento e
1624 acompanhamento desse direito. 1º Dia - 15 de maio (Segunda-feira) - deslocamento do GT
1625 para Boa Vista- Roraima. 2º Dia - 16 de maio (Terça-feira). Reunião de Alinhamento com GT
1626 Yanomami. Coletiva de imprensa. Acolhimento e roda de conversa com as lideranças
1627 Yanomami e com entidades/associações indígenas. 3º Dia – 17 de maio (Quarta-feira).
1628 Reunião ampliada do GT com representantes: Secretaria Especial de Saúde
1629 Indígena/SESAI/MS, Distrito Sanitário Especial Indígena/ (DSEI, Centro de Operações de
1630 Emergências em Saúde Pública/COE-Yanomami, Fundação Nacional do Índio/Funai, Conselho
1631 Distrital de Saúde Indígena/CONDISI, Conselho Estadual de Saúde/CES e Conselho Municipal
1632 de Saúde/CMS. 4º Dia – 18 de maio (Quinta-feira). Reunião com Ministério Público e
1633 Defensoria Pública. Reunião do GT com os representantes de trabalhadores de saúde
1634 indígenas e sindicatos. 5º Dia – 19 de maio (sexta-feira). Visita à CASAI. **Deliberação:**
1635 **aprovada a programação da visita do Grupo de Trabalho Yanomami”, conforme**
1636 **apresentada, com a inclusão da representante da Mesa Diretora do CNS, Ana Lúcia**
1637 **Paduello, no grupo que fará a visita. 4)** Realização de Webconferência para estimular a
1638 participação nas etapas preparatórias da 17ª Conferência Nacional de Saúde. *Apresentação:*
1639 conselheira **Myrian Coelho Cunha da Cruz**. **Deliberação: aprovada a proposta de**
1640 **realização Web conferência, conforme sugerido. ENCERRAMENTO** – Nada mais havendo
1641 a tratar, às 17h15, conselheira **Fernanda Lou Sans Magano**, da Mesa Diretora do CNS,
1642 encerrou a 341ª Reunião Ordinária do CNS. Estiveram presentes os seguintes conselheiros na
1643 tarde do segundo dia de reunião: *Titulares* - **Ana Lúcia da Silva Marçal Paduello**, Associação
1644 Brasileira Superando o Lúpus, Doenças Reumáticas e Doenças Raras – SUPERANDO; **André**
1645 **Luiz de Oliveira**, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); **Carlos Fidelis da Ponte**,
1646 Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES); **Clóvis Alberto Pereira**, Organização
1647 Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); **Débora Raymundo Melecchi**, Federação Nacional dos
1648 Farmacêuticos – FENAFAR; **Dulcilene Silva Tiné**, Federação Brasileira de Hospitais (FBH);
1649 **Elaine Junger Pelaez**, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); **Fernanda Lou Sans**
1650 **Magano**, Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; **Fernando Zasso Pigatto**,
1651 Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM; **Francisca Valda da Silva**,
1652 Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn; **Heliana Neves Hemetério dos Santos**, Rede
1653 Nacional de Lésbicas Bissexuais Negras Feministas (REDE CANDACES BR); **José Ramix de**
1654 **Melo Pontes Junior**, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e
1655 Agricultoras Familiares (CONTAG); **José Vanilson Torres da Silva**, Movimento Nacional
1656 População de Rua (MNPR); **Jurandi Frutuoso Silva**, Conselho Nacional de Secretários de
1657 Saúde (CONASS); **Rafaela Bezerra Fernandes**, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa
1658 em Serviço Social (ABEPSS); **Maria Thereza Almeida Antunes**, Federação Brasileira das
1659 Associações de Síndrome de Down (FBASD); **Marisa Helena Alves**, Conselho Federal de
1660 Psicologia (CFP); **Mauri Bezerra dos Santos Filho**, Confederação Nacional dos
1661 Trabalhadores em Seguridade Social da CUT (CNTSS); **Maurício Cavalcante Filizola**,
1662 Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); **Myrian Coelho**
1663 **Cunha da Cruz**, Conselho Federal de Nutricionistas (CFN); **Neilton Araújo de Oliveira**,
1664 Ministério da Saúde (MS); **Patrícia Gonçalves Soares**, Movimento de Reintegração das
1665 Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN); **Priscila Torres da Silva**, Biored Brasil;
1666 **Shirley Marshal Díaz Morales**, Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE); **Sueli Terezinha**
1667 **Goi Barrios**, Associação Brasileira da Rede Unida (REDEUNIDA); **Walquiria Cristina Batista**
1668 **Alves Barbosa**, Associação Brasileira de Alzheimer e Doenças Similares (ABRAZ). *Suplentes*
1669 – **Altamira Simões dos Santos de Sousa**, Rede Nacional Lai Lai Apejo - Saúde da População
1670 Negra e AIDS; **Cleonice Caetano Souza**, União Geral dos Trabalhadores (UGT); **Conceição**
1671 **Aparecida Pereira Rezende**, Ministério da Saúde (MS); **Edna Maria dos Anjos Mota**,
1672 Conselho Federal de Enfermagem (COFEN); **Eduardo Maércio Fróes**, Associação Brasileira
1673 de Linfoma e Leucemia (ABRALE); **Eliane Maria Nogueira de Paiva**, Sindicato dos Servidores
1674 do Sistema Nacional de Auditoria do SUS (UNASUS SINDICAL); **Haroldo Jorge de Carvalho**
1675 **Pontes**, Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS); **João Alves do Nascimento**,

1676 Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV; **Laís Alves de Souza Bonilha**, Associação
1677 Brasileira de Ensino em Fisioterapia (ABENFISIO); **Lucia Helena Modesto Xavier**, Associação
1678 de Diabetes Juvenil (ADJ); **Luiz Aníbal Vieira Machado**, Nova Central Sindical de
1679 Trabalhadores – NCST; **Marta Carmelita Bezerra de Almeida**, Articulação Nacional de
1680 Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde – ANEPS; **Renata Soares de Souza**,
1681 Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas (MNCP); **Renato de Jesus Padilha**, Federação
1682 das Associações de Renais e Transplantados do Brasil (FENAPAR); **Thereza de Lamare**
1683 **Franco Netto**, Confederação das Mulheres do Brasil (CMB); **Veridiana Ribeiro da Silva**,
1684 Conselho Federal de Farmácia – CFF; e **Walter Bernardo Ribeiro**, Central Única dos
1685 Trabalhadores (CUT).